



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 464 - DE 13 A 27 DE OUTUBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Assembleia estudantil da USP aprova bandeiras que de fato impõem a democracia e autonomia universitárias



Abaixo a repressão aos manifestantes!
Abaixo a Lei de Segurança Nacional!
Liberdade imediata aos presos políticos!



Greves nacionais e ocupações indicam tendência geral de luta. Unificar os movimentos!

A crise nos Estados Unidos expressa a desintegração mundial do capitalismo

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – A crise impulsiona os explorados à luta

Responder com as reivindicações gerais e a unidade na ação

Setembro e outubro abrigaram inúmeras greves, manifestações, bloqueios e ocupações. As campanhas salariais dos trabalhadores dos correios e bancários resultaram em greve nacional. Os metalúrgicos fizeram paralisações pontuais. Os petroleiros ainda poderão ir à greve. Professores estaduais e municipais de vários estados se lançaram à luta. Estudantes da USP e UNICAMP ocuparam reitorias.

A cidade de Natal, Rio Grande do Norte, foi sobressaltada com uma greve generalizada do funcionalismo. O Rio de Janeiro estremeceu com os choques dos professores municipais contra o projeto de Plano de Cargos e Salários do prefeito. Desde agosto, os professores estaduais e municipais estão em greve. Tentativa de ocupação da Câmara Municipal e manifestações se enfrentaram com a tropa de choque.

Em São Paulo, estudantes voltaram às ruas, desta vez em apoio aos professores do Rio de Janeiro e também por suas reivindicações, pelo fim dos processos judiciais e em defesa das ocupações. Novos bloqueios de ruas foram feitos por moradores de bairros pobres e de sem-teto. Repressão policial e ação dos Black Blocks, que se notabilizaram nas manifestações de junho, continuam a refletir o enorme mal estar que vem se acumulando no País. Em Brasília, os indígenas voltaram à luta contra os projetos de lei que acabam com a demarcação de terras.

Tomadas as gigantescas movimentações de junho e os atuais embates, temos à vista as profundas tendências de luta que vêm à superfície. As greves somente não estremeceram o país devido à enorme divisão imposta pela burocracia sindical corporativista e conciliadora. Os metalúrgicos do ABC, de São Paulo e interior passam mais uma campanha salarial sem aproveitar a situação favorável para unificar suas forças. No entanto, tudo indica que serão duramente golpeados no futuro próximo, com a retração econômica e com as demissões.

O estilhaçamento da greve dos Correios, mais uma vez, frustrou a disposição geral de luta no setor. Os sindicatos dos petroleiros e as duas federações protelam a greve, ameaçam, mas deixam claro que querem apenas negociar pequenas vantagens. Não levam a sério a desnacionalização do petróleo e o entreguismo do governo petista. Esperaram passar a disposição grevista dos metalúrgicos, bancários e correios. Aguardam o arrefecimento das tensões políticas.

Os estudantes tardiamente começam a unificar suas lutas. Suas direções de esquerda também agem corporativamente. A manifestação unificada nas ruas de São Paulo, no dia 9, mostrou o caminho certo. Mas tudo indica que é circunstancial. A direção do DCE prepara o recuo pondo de lado as reivindicações do movimento e delineando uma virada de conciliação com setores da burocracia.

No Congresso Nacional, está para ser votado o PL-4330, que amplia a terceirização. A classe operária e os demais assalariados estão prestes a receber um golpe na nuca. A CUT, Força Sindical, CTB, CSP-Conlutas, etc. ensaiaram uma resistência, mas não foram além de algumas manifestações. Não assumiram decididamente derrubar a ofensiva empresarial. As condições, no entanto, permitem organizar a greve geral. A derrubada do PL-4330 é do interesse geral dos assalariados. Os explorados já têm suficiente experiência com a terceirização para rechacá-la em greve e nas ruas. Faltam trabalho e organização das Centrais e sindicatos. Perde-se o momento em que as tendências de luta vêm à tona.

Estamos diante de uma situação propícia para organizar um movimento nacional unitário dos explorados, sobre a base de reivindicações que de fato defendem a vida das massas, porém não temos uma direção classista e revolucionária à altura dos acontecimentos.

Certamente, essas manifestações em várias camadas dos explorados são sintomas da crise econômica e social. Voltarão logo mais. A jornada de luta de junho demonstrou que amadurecem as condições objetivas para levantes de massa.

O desenvolvimento embrionário do Partido Operário Revolucionário não nos permite identificar e avaliar o momento em que as aspirações dos explorados convergem para a manifestação geral. Basta, no entanto, a explosão de inúmeros movimentos e ações para sentirmos o pulso convulsivo da situação social e política. O que implica ajustar o trabalho no seio dos movimentos com as reivindicações que unem os oprimidos e rompem o corporativismo do sindicalismo burocrático.

O anúncio de que em 2012 foram criados 1,148 milhão postos de trabalho com carteira assinada, quando em 2011 foram 2,242 milhões, uma queda portanto de 48,8%, indica que as demissões e o desemprego voltaram a atormentar os países de família e, em particular, a juventude. O governo procura amenizar o fato com o argumento de que ainda a taxa de desemprego é baixa, considerando as capitais (5,3%).

A queda na criação de empregos não reflete tão somente um momento na economia. Trata-se de uma tendência. A crise de superprodução mundial não foi vencida, apesar da gigantesca intervenção dos Estados imperialistas, acompanhados dos Estados semicoloniais. O Brasil seguiu, sob a condução de Lula, as determinações das potências, do G-20. Estreitaram-se, porém, as margens de manobra, que permitiram ao governo petista atacar o menos possível as condições de vida dos explorados.

O governo de Dilma está diante de profundos impasses e desequilíbrios econômicos que ditam as tendências de baixo crescimento e de recessão. A queda na criação de empregos de quase 50% em 2012 refletiu o mísero crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A extraordinária geração de 2,242 milhões em 2011, após a crise de 2008/2009, manteve a ilusão nas possibilidades do Brasil escapar ileso do amplo processo mundial de retração e de destruição de forças produtivas. Na realidade, verificamos que os altos e baixos da economia mundial mostram que o sentido geral da crise de 2008 continua sem solução. O Brasil refletiu e reflete, em suas particularidades, o ritmo internacional da desintegração econômica e social.

Não temos dúvida de que as reivindicações gerais que unificam a classe operária, os camponeses, os indígenas e a juventude oprimida se colocarão cada vez mais com urgência diante da crise e dos ataques capitalistas às condições de vida dos explorados. As reivindicações transitórias devem ser diariamente propagandeadas e agitadas nos movimentos. A tática da frente única por sua vez deve ser trabalhada em contraposição à política corporativa da burocracia sindical. Está claro também que a burguesia e seu governo estão se preparando para reagir com violência ao avanço da luta de classes. É necessário, juntamente às reivindicações que movimentam os explorados, levantar as bandeiras de direitos democráticos e constituir organismos de auto-defesa.

Metalúrgicos: uma campanha salarial fragmentada e sem luta

Apesar do discurso de unidade envolvendo as Centrais, as burocracias sindicais trataram de executar seu plano corporativo de negociação pulverizada. No ABC, o sindicato há anos dividiu os metalúrgicos em 10 grupos. Inicia a campanha salarial nas montadoras e, logo em seguida, firmaram o acordo que serviu de teto para os demais grupos. Nesse ano, foi de 6,07% de INPC e 1,82% de aumento real, totalizando 8%. Os empresários lançaram um percentual menor e os burocratas sindicais compareceram nas negociações com o propósito de chegar aos 8%. Passaram, assim, um mês fechando acordos miseráveis. Quando uma empresa se mostra reticente em aceitar o índice, os dirigentes sindicais armam as tais paralisações por tempo determinado, quase sempre de apenas algumas horas. Procuram mostrar que estão empenhados em obter aumentos reais.

Essa política de fragmentação da campanha salarial se repete nos metalúrgicos de São Paulo. Depois encenar um ato de entrega da pauta de reivindicações na Fiesp, com um punhado de burocratas, faixas, discursos de unidade e promessas de paralisações, o sindicato procurou fechar o mais rápido possível

os acordos por empresa. A cada acordo, os burocratas tentam convencer os operários de que foi uma vitória. Recorrem à crise econômica, falam que os empresários não queriam ceder e que as negociações foram difíceis. Portanto, comparecem como os que deram o sangue para arrancar a reposição da inflação e um aumento real.

A burocracia sindical age assim porque não conta com uma vanguarda organizada no interior das fábricas e nos sindicatos. Os Comitês de Empresas e os delegados sindicais são os braços dos burocratas, que estão a serviço de amortecer os instintos de revolta dos trabalhadores. Sem uma oposição classista, a burocracia dita a campanha salarial e impõe acordos patronais. E os capitalistas contam com a burocracia para submeter de conjunto a classe operária.

Sem romper esse bloqueio burocrático, não é possível uma campanha salarial verdadeiramente de combate pelas reivindicações. A defesa da unidade dos metalúrgicos, das assembleias gerais, da pauta comum de reivindicações e da preparação da greve unitária é condição decisiva para enfrentar a ofensiva patronal contra os salários, empregos e direitos.

Burocracia sindical colaboradora das multinacionais

As multinacionais e a grande indústria nacional foram favorecidas pelo “Plano Brasil Maior”. Diante da crise econômica mundial, exigiram que o governo Dilma Rousseff adotasse medidas de proteção às montadoras, principalmente. Assim, obtiveram: 1) desoneração da folha de pagamento; 2) diminuição do preço da energia elétrica; 3) redução do imposto sobre os produtos industrializados; 4) recursos do BNDES com juros baixos para os investimentos e para a inovação (Inovar-Auto). Com isso, deixaram de arcar com parte dos encargos sociais (previdência), obtiveram diminuição no IPI e juros mais baixos para os novos negócios.

Os sindicalistas apoiaram o “Plano Brasil Maior”, com o argumento de que havia uma contrapartida por parte dos empresários. Diziam que o Plano do governo e dos capitalistas favorecia os trabalhadores porque garantia os empregos.

Mas um fato veio à tona, obrigando a burocracia sindical a se explicar diante dos operários da Mercedes-Benz. Foi o anúncio da multinacional de deslocar seus “investimentos” para uma nova fábrica no interior de São Paulo e de fechamento da produção de caminhões da fábrica de São Bernardo do Campo. A direção do sindicato, diante da notícia, recorreu ao Inovar-Auto para justificar que os empregos em SBC estavam mantidos. E que havia um compromisso de utilização de peças nacionais contido no Inovar-Auto, o que favorecia os empregos.

Pouco tempo depois, a burocracia sindical divulgou na Tribuna Metalúrgica uma nota sobre a participação do sindicato no “ajuste de planejamento da indústria” (“Plano Brasil Maior”). Lamentou que há uma “indefinição” do controle sobre a utilização de peças nacionais, como sendo um obstáculo

para o Inovar-Auto. E que é preciso maior fiscalização (“rastreadabilidade”) e que as peças continuam vindo da China. Porém, o objetivo do encontro era avaliar o resultado das medidas do “Plano Brasil Maior”, juntamente com os capitalistas e os acadêmicos das universidades.

Como se vê, não há contrapartida de manutenção dos empregos. As multinacionais usam os recursos do Estado, burram as tais contrapartidas e o governo não faz nada diante da fraude.

A classe operária deve rejeitar o Plano Brasil-Maior, o Inovar-Auto e todos os mecanismos que visam a proteger as multinacionais. Deve repudiar a conduta servil dos dirigentes sindicais diante das multinacionais, do empresariado nacional e do governo. Deve exigir a convocação de assembleias para aprovar uma plataforma de defesa dos empregos e dos salários e a luta por conquistá-los.

Controle operário da produção

Ao contrário de subsidiar o capital imperialista e seus sócios nacionais e de reclamar a seus pés que não estão favorecendo a economia nacional e os empregos, os sindicatos devem organizar a luta do proletariado para impor o **controle operário da produção**. Um problema que atinge frontalmente os empregos e os salários é a abertura de fábricas ou transferências para outros estados com salários menores e com menos postos de trabalho. O controle operário obrigará que os capitalistas abram a contabilidade, de forma a mostrar a alta lucratividade e impedir que utilizem seu poder econômico para derrubar os salários e demitir livremente.

Operários da Toyota em greve

Já são oito dias de greve. Os operários exigem a elevação do piso salarial, aumento no adicional noturno e vale-compra. A montadora japonesa se mantém intransigente e requereu maior policiamento para facilitar a entrada dos fura-greves. Havia um compromisso entre o sindicato e a multinacional de que os portões ficariam fechados durante a realização das assembleias e, em seguida, liberados. A multinacional desconheceu o tal “compromisso” e acionou a polícia para impedir os piquetes e a presença do carro de som na frente da fábrica. Recorreu a liminar de interdito proibitório.

A manobra feita pela burocracia do sindicato de manter os portões fechados por até 50 minutos (até a votação da proposta de continuidade ou não da greve) não serviu para conter a ação da montadora, que recorreu à justiça e à polícia para garantir o direito de propriedade e o direito de “ir e vir” dos trabalhadores.

Por um piso nacional dos metalúrgicos

Excetuando uma camada de metalúrgicos que está nas montadoras do ABC, que tem pisos salariais acima do salário estipulado pelo Dieese, a maioria que se encontra nas autopeças, fundição, estamparia recebe em média dois salários mínimos, um piso de aproximadamente R\$1.260,00. O reajuste de 8% é imperceptível diante de um piso tão baixo.

A greve na Toyota reivindica a elevação do piso, que é de R\$1650,00. Com o índice de 8%, o piso iria para R\$1.782,00. A reivindicação é de R\$1850,00. A multinacional aceita o reajuste de 8%, mas rejeita elevar o valor do piso para R\$ 1850,00. Para

A lei que regulamenta as greves estabelece o chamado o “interdito proibitório”, que dá ao juiz o poder de decidir a favor do capitalista a proibição de piquetes e qualquer outro tipo de bloqueio aos fura-greves. Trata-se da expressão jurídica da ditadura de classe da burguesia. As tentativas de “compromissos” para que o patronato permita o direito limitado de manifestação acabam favorecendo a aplicação do interdito proibitório. Greve é luta de classes, de um lado os capitalistas recorrem ao Estado para quebrá-la, de outro, os operários recorrem a sua capacidade coletiva para vencer. Não há possibilidade de “compromissos” como estupidamente fez o sindicato metalúrgico na Toyota.

É necessário a partir das experiências que os sindicatos lancem a campanha pela derrubada da lei antigreve. É preciso romper o colaboracionismo da burocracia com os instrumentos de repressão da burguesia.

os capitalistas, o piso tem de ser necessariamente o mais baixo possível, para reduzir o custo de produção.

Há uma determinação das multinacionais de rebaixar o piso dos metalúrgicos. Um exemplo criminoso foi a diminuição do piso na GM de São José dos Campos, de R\$3.100, 00 para R\$1.800,00. Fazem isso porque contam com a fragmentação dos metalúrgicos em sindicatos corporativistas e burocráticos. **A resposta operária, ao contrário, é a de lutar por um contrato coletivo que estabeleça um piso nacional de acordo com o valor mais alto pago no País.**

Fazer valer a unidade grevista dos petroleiros

Os petroleiros estão em campanha salarial. Fazem parte de 18 sindicatos, agrupados em duas federações: Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT, e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), vinculada à CSP-Conlutas. A Petrobrás ofereceu 7,68%, um aumento real de 1,17% a 1,5% e um abono. Os sindicatos reivindicam 5% de aumento real, a suspensão do leilão do campo de Libra e se colocam contra o PL-4330, que amplia as terceirizações.

Os petroleiros, uma camada importante do proletariado, vêm se mostrando dispostos a impedir o leilão (privatização) do campo de Libra e a lutar pelo aumento real dos salários. Indicaram o início da greve para o dia 17 de outubro, mas não estabeleceram os meios de unificação entre os sindicatos e federações. Como se vê, o problema está em constituir a unidade. Essa é só possível por meio das assembleias unificadas e da

democracia operária.

A greve dos petroleiros tem a particularidade de se colocar contra a desnacionalização levado a cabo pelo governo Dilma Rousseff. Uma luta que ultrapassa os salários e se coloca uma bandeira política anti-imperialista está obrigada a se voltar para o conjunto dos explorados. O que temos visto é que a posição dos petroleiros diante do leilão de Libra não passa de uma simples contestação. O problema do petróleo não se limita a mais uma negociata. A Petrobrás está semi-privatizada e no fundamental o petróleo permanece sob o controle das multinacionais. A bandeira da classe operária é de nacionalização sem indenização e controle operário da produção petrolífera.

A enorme desnacionalização e monopolização das riquezas naturais do Brasil exige uma resposta unitária de todos os explorados, erguendo-se em uma frente única anti-imperialista.

Correios:

Disposição de luta dos trabalhadores e a política da burocracia sindical

A aceitação do acordo pelos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro enfraqueceu a greve nacional dos correios. Apesar da maioria dos estados rejeitar a proposta da ECT, o peso de São Paulo e Rio contra a greve nacional foi decisivo. Mesmo assim, o movimento iniciou em 17 de setembro e encerrou 10 de outubro. A divisão burocrática permitiu a ECT rejeitar a pauta

de reivindicações dos grevistas.

Depois de dez dias, em 27 de setembro, a Fentect apresentou uma contraproposta para a ECT, que rebaixava as reivindicações. Com exceção de Minas Gerais, Amazonas, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima e Goiás, as assembleias aprovaram essa decisão do Comando de Negociação. Na realidade, os dirigentes sindicais

criaram a ilusão de que com uma contraproposta rebaixada seria mais fácil a ECT ceder. No entanto, em 1º de outubro, a ECT reafirmou o reajuste de 8% sobre os salários e 6,27% sobre os benefícios e esperou o julgamento do dissídio no TST. A partir daí, o desmonte da greve era esperado. O ato nacional, marcado para o dia 3, foi desmarcado e transferido para o dia do dissídio.

O fato é que a decisão do Comando de Negociação de rebaixar as reivindicações criou mais divisões no movimento. A contraproposta do Comando era similar à que a empresa ofereceu no dia 17 de setembro e já havia sido rejeitada. E a greve

iniciou contra os 8%, exigindo 15% de reajuste.

A contraproposta e o dissídio coletivo foram os mecanismos usados pelo Comando para encerrar a greve. A Justiça ordenou o retorno ao trabalho e estipulou 180 dias para compensar os dias parados. A burocracia da Fentect se limitou a dizer: “Não era o que queríamos”.

Os trabalhadores dos Correios mostraram disposição de luta e enfrentaram uma greve longa. Mas não tiveram como para combater a divisão imposta pela burocracia sindical e para rejeitar a contraproposta que sinalizava o fim da greve.

A greve nacional dos bancários chegou ao fim

O Comando Nacional, após a negociação do dia 11 com a Fenaban, propõe que as assembleias aprovem a suspensão do movimento. O acordo estabeleceu o índice de 8% , 8,5% sobre o Piso após 90 dias, aumento de 29,44 reais no valor da cesta-alimentação e 24,50 reais no auxílio creche. O Comando avalia positivamente a inclusão do abono-assiduidade de um dia por ano e do vale-cultura do Estado de 50,00. Considera que a greve de 22 dias permitiu o avanço das negociações e resultados

favoráveis aos bancários.

A indicação do Comando Nacional de suspensão da greve anulou a soberania das assembleias de discutir e votar as posições do movimento. A assembleia passou a ser apenas um instrumento formal para encerrar a paralisação nos estados.

Os bancários devem fazer um balanço dessa experiência e, particularmente, da ação do Comando Nacional de indicar com antecedência o fim do movimento.

Mais informações sobre espionagem Brasil, país semicolonial

A expressão popular que diz “isso parece a casa da nona” pode ser aplicada ao Brasil. Mais revelações sobre a espionagem sofrida pelo País por agências norte-americanas mostram o quanto a burguesia brasileira - seu Estado, seu governo, seu Congresso, suas Forças Armadas e sua imprensa – assumiu a posição de serviçal do imperialismo, particularmente dos Estados Unidos.

O Ministério de Minas e Energia foi vasculhado pelo Canadá. É evidente que a espionagem esteve voltada para as fontes de matérias primas. O ministro Edison Lobão diz suspeitar que a infiltração no seu sistema de comunicação e armazenamento procurou se apossar de dados geológicos. O Canadá sedia poderosas multinacionais da mineração. Os minérios são preciosos para a economia mundial comandada pelas potências e para a dominação imperialista das semicolônias.

O deslavado argumento do presidente Barack Obama de que sua Agência Nacional de Segurança (NSA) procura com a espionagem combater o terrorismo não se sustenta sequer em sua própria lógica. O Brasil não é centro de ações dessa natureza, nem abriga nenhuma filial do movimento islâmico que se vale do terrorismo para combater a opressão imperialista. É o que disse Dilma Rousseff sobre essa justificativa. E a presidente ampliou o seu argumento para a estratégia: o Brasil é “parceiro” dos Estados Unidos.

O “parceiro” quer de fato dizer que a semicolônia não está em posição de confronto com a maior potência e que acata a sua hegemonia. Em sendo assim, não é de bom tom e de bom feitio que os Estados Unidos agissem às escuras e se metessem nos mínimos detalhes da condução econômica do País. Dilma reclamou com o contra-argumento de que se a segurança nacional é importante para os Estados Unidos, também o é para o Brasil. Como é que os Estados Unidos podiam defender a sua segurança violando a soberania de uma nação parceira? Estando ambos os países no campo comum da ordem mundial

capitalista e vinculados por relações pacíficas, é inadmissível a invasão norte-americana no sistema interno de comunicação do Estado.

Tal indignação é a prova da impotência da burguesia brasileira. A doutrina de segurança dos Estados Unidos é a doutrina de segurança imperialista. O terrorismo da Al Qaeda e outras variantes não põem em risco a segurança da potência do Norte. Expressam o nacionalismo burguês e pequeno burguês. Não abalam o capitalismo. Atrapalham os negócios dos monopólios e expõem perante as massas exploradas a brutal opressão imperialista. A segurança dos Estados Unidos é de outra ordem. As fontes de matérias primas e energia devem estar sob o controle das multinacionais, que são sobretudo norte-americanas, alemãs, inglesas, francesas e japonesas. Os canadenses são um braço dos Estados Unidos. Suas multinacionais de mineração servem aos interesses gerais do imperialismo.

Dilma suspirou irritada que os espões estavam atrás de informações sobre as empresas nacionais. O que é certo. Mas não disse que o principal motivo é o do controle das fontes de matérias primas. Agora, com as novas revelações sobre a invasão dos computadores do Ministério de Minas e Energia pelo serviço secreto canadense, o ministro Edison Lobão foi obrigado a reconhecer que os espões estavam atrás do mapa geológico do Brasil. As autoridades brasileiras se furtaram em dizer à população que se trata de uma ação imperialista e um ato de pirataria internacional.

Conhecem-se bem os serviços e até onde vai o seu servilismo diante dos grandes acontecimentos mundiais e dos conflitos nacionais. Dilma pediu a Obama que pedisse desculpas pelos Estados Unidos e que se comprometesse com uma resolução de que a espionagem cessaria. A Casa Branca deve ter dado gargalha geral.

Dilma então acabou desmarcando a visita de Estado, mas não unilateralmente. Suspendeu o encontro não porque a Casa

Branca desdenhou de sua indignação e sim porque sabia que novas revelações seriam feitas pela Rede Globo, de posse de informações fornecidas pelo ex-espião Edward Snowden. E que acabam de ser divulgadas, mostrando que o raio de ação e a petulância dos espiões são mais amplos e partindo de quem sabe que nada acontecerá se for pego em delito.

A NSA compartilha com o Canadá, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia parte de sua espionagem internacional. Os jornais publicaram até mesmo o nome do cartel de espionagem montado pelos Estados Unidos: Five Eyes (Cinco Olhos). O que fez Dilma? Pediu para Lobão solicitar ao embaixador do Canadá, Jamal Khokhar, que dê explicações. Que explicações, se está tudo bem clarinho? O embaixador foi ao Itamaraty para ouvir que o seu país havia violado a soberania nacional do Brasil, das pessoas e das empresas. Mas não precisava ser o embaixador para saber que era isso mesmo que foi feito. E que o protesto não passava de uma declaração verbal.

O governo do PT poderia ter um gesto um pouquinho mais usado? Não. E por quê? Porque a burguesia brasileira, representada pelos grandes grupos econômicos, está entrelaçada e subordinada ao capital imperialista. Nenhuma de suas frações incentivou o governo Dilma a reagir com um pouquinho de

dureza. E se o governo fizesse por conta própria, os capitalistas nacionais diriam que estaria atacando os Estados Unidos por razões ideológicas.

A burguesia e seu governo não podem e não querem defender verdadeiramente a soberania nacional. O Brasil é controlado internamente pelas multinacionais. Todos os ramos-chaves da produção e do comércio estão em suas mãos. As fontes de matérias-primas seguem o mesmo caminho. A produção agroindustrial está praticamente desnacionalizada. Não há, portanto, soberania alguma a ser defendida pela burguesia semicolonial. Assim, o controle de informações estratégicas pelo Estado não condiz com essa situação. O que quer dizer que ainda há muito que controlar.

A defesa da soberania é parte da luta pela independência nacional. O Estado semicolonial somente poderá impor a soberania caso rompa com a dominação imperialista. Uma das condições primárias está na nacionalização dos monopólios e do comércio exterior, sem indenização, desconhecimento da gigantesca dívida e controle estatal das fontes de matérias-primas. Esse é o programa da classe operária para a conquista da independência econômica do Brasil e de sua real soberania política.

Marina Silva se filia ao PSB de olho nas eleições de 2014

A Rede Sustentabilidade, da ex-senadora Marina Silva, não conseguiu o reconhecimento do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral, com vistas à sua candidatura nas eleições de 2014. A maioria dos ministros do TSE entendeu que o grupo de Marina não conseguiu recolher as 492 mil assinaturas em nove estados necessárias à legalização do novo partido. O prazo para registro dos novos partidos terminou em 5 de outubro, de modo que ficou impossibilitada a candidatura de Marina por seu partido nas próximas eleições presidenciais. Marina argumentou que seu grupo conseguiu recolher 900 mil assinaturas, mas os cartórios dificultaram ao máximo a sua validação formal.

Walter Feldman (ex-PSDB), integrante da Rede, disse que pelo menos sete outros partidos procuraram Marina Silva, oferecendo as suas legendas à presidenciável. Certamente, tendo sua organização não reconhecida, Marina teria de procurar outro partido para costurar uma possível candidatura em 2014. E foi exatamente isso que foi feito. No dia 5 de outubro, Marina e Eduardo Campos anunciaram em coletiva o ingresso da ex-senadora no Partido Socialista Brasileiro (PSB), em acordo entre os grupos, mantendo a autonomia de Marina quanto à continuidade na reestruturação do Rede Sustentabilidade. As principais lideranças do Rede, os deputados Walter Feldman e Alfredo Sirkis, além de Pedro Ivo e Bazileu Margarido, seguiram a ex-senadora.

É evidente que a justiça eleitoral se valeu da lei antidemocrática para inviabilizar a legalização da Rede. Todos os partidos que se legalizaram fraudaram assinaturas. E aqueles que não o fizeram é porque não precisaram, bastou a sua máquina econômica e a mobilização de sua vasta burocracia.

O rigor do cartório em conferir as assinaturas de abono à Rede não tem nada a ver com seriedade na aplicação da lei. Dois outros partidos foram regulamentados, no mesmo momento, o Solidariedade e o PRO. Como obtiveram 452 mil assinaturas exigidas? Não foi com militância, mas com a agência de coleta. O azar de Marina e da Rede é que não foram espertos o suficiente. Arcam com a lei antidemocrática que defendem.

O cenário político deixa patente que as frações da burguesia se movimentam tendo em vista as eleições de 2014. Pelo menos três candidaturas burguesas estão sendo forjadas nesse momento: Aécio Neves (PSDB), Eduardo Campos (PSB) e Dilma Rousseff (PT). A disputa interburguesa se acirra em torno do Estado e do orçamento público. A última pesquisa de intenção de voto anunciada em 26 de setembro mostra um crescimento de oito pontos percentuais em relação à possível candidatura de Dilma Rousseff, passando de 30%, em julho, para 38%. Marina caiu de 22% para 16%, Aécio Neves (PSDB), caiu de 13% para 11% e Eduardo Campos, de 5% para 4%.

Certamente, as frações burguesas em disputa tentarão arrastar as massas e reforçar as suas ilusões quanto ao governo e ao Estado. Trata-se de trabalhar no seio da luta de classes com o programa do proletariado, mostrando o caráter de classe das eleições, da democracia e do Estado, combatendo as ilusões dos trabalhadores e do conjunto dos explorados nas instituições burguesas. A retomada das manifestações estudantis e populares de junho, as paralisações de julho e agosto e as greves recentes nos correios, bancários e trabalhadores da educação mostram o caminho a seguir: o da luta de classes e do combate aos patrões e aos governos.

USP: Reitoria é ocupada contra autoritarismo do reitor/interventor e do C.O. Assembleia de mais de mil estudantes aprova a greve!

E vota a reivindicação de um governo tripartite (dos três setores, sem reitor), de mandato revogável, subordinado à assembleia geral universitária

A reitoria da USP está ocupada pelo movimento estudantil. A razão é que o reitor/interventor e seu Conselho Universitário (C.O.) se recusaram a realizar a discussão e votação sobre a nova forma de eleição do reitor de forma aberta na sessão de 1º de outubro, aprovando uma das propostas da própria burocracia, que eliminou apenas o 2º turno da forma atual. O 2º turno era a votação pelo C.O. e Conselhos Centrais de uma lista de três nomes a ser enviada ao governador, entre oito candidatos eleitos no 1º turno. Neste turno, que é o que permanece, votam, além dos conselhos centrais, os membros das congregações das unidades, perto de 2 mil pessoas. Além de manter a decisão restrita a uma minoria ínfima da universidade, haverá uma consulta para cada um dos três setores, onde todos votam, mas a indicação não tem nenhum valor prático, pois só servirá de referência aos que realmente votam, a mesma burocracia universitária que dirige a universidade hoje, e servirá à formação de uma mesma lista triplíce, que serve para entregar a decisão final ao governador. Os representantes discentes (R.D.s), com apoio da direção do DCE, reivindicaram a anulação das decisões do C.O. sobre este tema e a convocação de um plebiscito institucional sobre as propostas de eleições para reitor inscritas ao C.O.

Após a ocupação, realizou-se uma assembleia de mais de mil estudantes, que votaram a manutenção da ocupação, a greve geral de estudantes na USP por amplíssima maioria, e começou a decidir sobre a pauta e sobre os próximos passos do movimento. Aprovaram-se, por meio de votações parciais, as bandeiras de diretas com paridade para reitor, convocação de uma estatuinte soberana e democrática, dissolução do CO, e governo tripartite (dos três setores – sem reitor), com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

No dia seguinte à assembleia geral, vários cursos realizaram assembleias massivas que votaram a greve e o apoio à ocupação, além das bandeiras gerais e específicas.

É preciso levar aos cursos a discussão e organização da greve estudantil, de forma a tornar a ocupação da reitoria numa trincheira de luta do movimento para exigir a real democracia universitária, que só pode ser a exercida pela maioria, os que estudam e trabalham, de forma soberana e autônoma em relação aos governos.

Por que a burocracia impôs o calendário de debate sobre a eleição do reitor?

O reitor/interventor Rodas foi o mais autoritário desde o fim da ditadura militar. No entanto, muitos se surpreenderam em julho, quando ele anunciou que estava propondo ao C.O. a mudança na forma de eleição do reitor, para instituir a eleição direta, em que todos os estudantes, professores e funcionários votariam, embora a decisão final ainda seria submetida ao governador, e haveria o respeito à LDB, que estabelece o peso de 70% aos professores, 15% aos funcionários e 15% aos estudantes.

Rodas expressava naquele momento as disputas interburocráticas que dividiam os grupos da casta autoritária que governa a universidade. Sem conseguir aprofundar o debate sobre sua reeleição, nem destacar um candidato que centralizasse as frações burocráticas para sucedê-lo, e ainda, diante do resultado incerto das eleições ao governo estadual no ano que vem, o reitor/interventor procurou um meio de processar as rusgas entre os burocratas, a fim de evitar que se elegeisse um reitor que não fosse capaz de centralizá-las. A mudança na forma de eleição, abarcando mais gente, mas concentrando as decisões na mesma casta dirigente, preservando a estrutura antidemocrática e submetendo a escolha ao governador foi a fórmula encontrada.

Mas essa proposta encontrou resistência entre a burocracia e as frações da burguesia paulista, que consideram a USP como sua propriedade, a qual não pode ser submetida à discussão e votação. Logo os diretores das principais unidades articularam um movimento de burocratas em favor de preservar a forma atual, mudando apenas um aspecto de sua aparência, preservando toda a sua essência. Surgiu a proposta, assinada por 60 diretores de unidades, de suprimir apenas o 2º turno da eleição, aquele em que votam apenas o C.O. e os Conselhos Centrais (300 votos), totalmente controlados pelo reitor. Assim, se preservaria o 1º turno e ele passaria a ser único, com a votação dos Conselhos Centrais e mais as Congregações das unidades, num total de 2 mil votos. E também a lista triplíce a ser submetida ao governador, que é quem de fato escolhe o reitor. Essa proposta atenderia às necessidades burocráticas das disputas entre as várias frações, atenuando o controle individual do reitor sobre o processo. E manteria afastados das decisões os que estudam e trabalham.

Rodas marcou o 1º de outubro como data para resolver as divergências entre as frações burocráticas ao redor do tema. Abriu um site na internet ao qual se deveriam apresentar as propostas de mudanças na forma de eleição. O circo burocrático teve em seu picadeiro a participação das direções da Adusp (que apresentou a proposta miserável de uma consulta à comunidade que indicaria um nome ao C.O. para este incluí-lo na lista triplíce a ser levada ao governador) e do DCE (que tinha apoiado a proposta da Adusp, mas voltou atrás depois do anúncio de Rodas, que é menos antidemocrático, e apresentou a proposta de diretas com paridade e fim da lista ao governador). Nos primeiros dias de anúncio, pareceu que o reitor propunha diretas e o DCE queria discutir aspectos dessa proposta, tais como a proporção de votos entre os setores e a lista ao governador. Isso mudou quando surgiu a proposta dos diretores, poucos dias antes do CO decisivo, e que com a assinatura de 60 diretores, membros do CO, se configurou como a mais provável vencedora. No início de setembro, o ato do DCE em favor das diretas com paridade tinha reunido poucas dezenas de pessoas na frente da reitoria. Mas a proposta de conservação da exclusão da maioria dos professores colocou

um choque entre diretores de unidades e direções sindicais.

O ato de 1º de outubro passou a ser convocado de verdade pelas direções da Adusp, DCE e Sintusp. Assembleias aprovaram paralisação de aulas no dia. Professores enviaram e-mails aos alunos comunicando que não haveria aulas nesse dia.

Por que os três setores chegaram divididos ao 1º de outubro?

Apesar da convocação unitária, cada setor chegou ao dia de votação com uma proposta diferente, aprovadas em suas assembleias: Adusp com sua consulta submetida ao C.O. e governador; DCE com paritárias e fim da lista triplíce; Sintusp com voto universal e estatuinte. A única bandeira comum era a reivindicação de que a reunião do C.O. se realizasse de forma aberta, ou seja, com a presença dos manifestantes.

Cerca de 400 pessoas compareceram ao ato em 1º de outubro. O C.O. reunido negou, por ampla maioria, a realização da reunião aberta. Representantes estudantis (RDs) se retiraram da sala. Iniciou-se a ocupação do prédio pelos estudantes, com os professores, na sua esmagadora maioria, à margem. Discutiu-se a ocupação da sala em que se reunia o C.O. Este votou, por maioria, a proposta de eleição do reitor feita pelos diretores, e a adendou com uma consulta aos três setores, sem caráter deliberativo. Votou por maioria a estatuinte para o ano que vem, mas sem alcançar os dois terços necessários à mudança estatutária. Os RDs protocolaram pedido de anulação da reunião e realização de um plebiscito institucional sobre as propostas de eleição de reitor apresentadas ao CO. Às 18 horas, a chegada de centenas de estudantes começou a fortalecer a ocupação e uma assembleia geral estudantil foi realizada com mais de mil estudantes.

Assembleia aprova ocupação, greve e eixos do movimento

A assembleia estudantil votou por aclamação a continuidade da ocupação. A direção do DCE (PSol/PSTU) não tinha nenhuma migalha para oferecer como vitória e encerrar o protesto. A proposta de greve geral estudantil ganhou apoio imediato. Houve uma divergência levantada pela Consulta Popular, de que a greve deveria ser primeiro aprovada nos cursos. Perdeu a votação.

Na votação dos eixos, a direção do DCE tentou manobrar com o encaminhamento de votar todas contra todas, o que obrigaria os proponentes a votarem contra suas próprias propostas, no caso de terem mais de uma. Encaminhou-se a votação proposta por proposta, por temas, começando ela forma da eleição e deixando a forma do governo por último.

A primeira votação refletiu uma manobra da direção do DCE: votou paritárias para reitor contra universais para reitor. Ou seja, misturou a votação da forma de eleição com a do governo, aprovando de contrabando a defesa de que haja um reitor.

A segunda votação foi a da estatuinte democrática e soberana. Aprovou-se sem oposição, embora haja os que a defendam para agora, sob o poder da burocracia universitária (grande parte da casta dirigente a admite dessa forma), e os que a colocam que a mudança nos estatutos somente como possível a partir de sua convocação por um governo dos três setores.

A terceira proposta foi a de dissolução do CO. A direção do

DCE se opôs. Disse que é uma bandeira distracionista, porque o que é possível agora é a eleição direta para reitor. A dissolução do CO implica em destruí-lo por força da mobilização e substituir seu governo pelo governo dos que estudam e trabalham. Por isso a direção do DCE a rejeitou. O que essa direção defende de fato é o aumento da participação de professores, estudantes e funcionários nas estruturas de poder atuais, o que implica sua preservação e, com ela, o controle dos governos e capitalistas sobre a universidade.

A quarta votação foi a do governo tripartite, com revogabilidade de mandato e subordinado à assembleia geral universitária, apresentada originalmente com o voto universal, proposta defendida pelo POR. A direção do DCE, contrariando seu próprio encaminhamento, quis impugnar essa votação, porque já se tinha decidido a eleição paritária e o reitorado. Tentou também associar o governo tripartite à rejeição das eleições diretas, quando a oposição era entre reitor e governo dos três setores. Foi a pressão da assembleia que obrigou a votação. A maioria estava visivelmente em favor do governo tripartite, com a votação de PSol/PSTU contra. Ainda assim, se fez a contagem, que começou após as 23 horas. A posição pró-reitor teve 222 votos. A contagem da proposta vencedora ainda teve o problema do esvaziamento da assembleia. Mesmo assim, depois da 23h20min, venceu com 247 votos, com as esquerdas e independentes votando todos juntos. Lembramos que, uma semana antes, o PCO e a LER inscreveram suas propostas de governo proporcional e estatuinte contra a do governo tripartite no meio das defesas de proposta na assembleia geral de 30/09.

Uma bandeira que expressa a luta contra o poder da burocracia

A vitória do governo tripartite expressa uma tendência objetiva. Se o DCE tentou durante dois anos convocar atos e plebiscitos para impulsionar a bandeira de diretas com paritárias e foi fracassado todo esse tempo, a grande insatisfação presente nos cursos foi potenciando uma nova explosão do movimento, alimentada ainda pelas manifestações de junho. Logo em agosto, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco realizaram greve por causa da falta de professores. A direção do DCE a manteve isolada. Procurou canalizá-la para a campanha por diretas com paridade, mas não conseguiu impulsioná-la para esse caminho. Perdeu-se a oportunidade de levantar uma bandeira comum a todos os cursos, que é a falta de professores, e fazer uma grande mobilização conjunta.

Veio setembro e a EACH da Zona Leste entrou em greve contra a precarização de uma área condenada pela Cetesb. Essa luta também ficou isolada. Também se tentou canalizá-la para as diretas para reitor.

Somente com a brutal intransigência e autoritarismo da reitoria, que levou a uma ocupação, abriu-se um canal por onde se expressou o descontentamento da maioria estudantil. Pela importância da USP, os meios de comunicação divulgaram amplamente a ocupação e isso levou centenas à assembleia geral e outras tantas às assembleias de curso. A greve tem sido aprovada, juntamente com o apoio à ocupação, e se levantam junto aos eixos aprovados as bandeiras mais sentidas pelos estudantes: *fim dos processos, reintegração dos demitidos e eliminados políticos, fora a PM, contratação de professores,*

cotas raciais, fim das terceirizações etc. As necessidades mais sentidas pelos estudantes se chocam contra o autoritarismo da burocracia universitária. Os estudantes têm visto na bandeira do governo tripartite a expressão de seu choque contra o conjunto da burocracia. Os gritos de “sem reitor, sem reitor” na primeira assembleia geral mostram isso. Gritos que viraram “morte ao rei, morte ao rei” na segunda assembleia geral. A bandeira de governo tripartite ganhou enorme projeção. Há assembleias em que se a aprovou e não as diretas para reitor. Apesar de ter sido aprovada sem o conteúdo completo que o POR sempre lhe deu, a bandeira expressa a vontade de luta de boa parte da vanguarda por uma democracia radical na universidade, que passa pela destruição do poder da burocracia autoritária. Falta ainda levantar essa bandeira com o conteúdo de luta pela real autonomia universitária, que só pode se expressar por meio da soberania da assembleia geral universitária e voto universal, e de unidade do movimento estudantil ao da classe operária contra a burguesia e seus governos.

Segunda assembleia: direção do DCE acuada

A mobilização massiva impediu o controle burocrático do movimento pela direção PSol/PSTU. A segunda assembleia começou votando a mudança da mesa, para que não ficasse sob controle da direção do DCE. Esta manobrou após perder a votação, propondo uma mesa em que DCE e CAs, mais independentes, participassem. Assim, permaneceu na mesa e anulou a decisão da maioria.

Ao iniciar a votação dos eixos, propôs revotá-los um a um. *Pretendiam acabar com a influência da proposta do governo tripartite e a dissolução do CO, vistas como um perigo na pauta reformista.* Mas o encaminhamento de votar primeiro a forma de governo, se reitor ou governo tripartite, a encurralou. Vendo que a assembleia tinha uma esmagadora maioria em favor do governo tripartite, nem votou contra ele. Preferiu apresentar logo a seguir a votação sim ou não das diretas pra reitor, encaminhamento que já tinha sido derrotado.

No momento mais tenso da assembleia, tudo indicava que PSol/PSTU agiam para inviabilizá-la, diante da possibilidade de derrota de sua estratégia. O MNN tentou adiar a votação de maneira formal (está em frente com PSol/PSTU na defesa das diretas para reitor, apesar de ressaltar a questão do voto universal), mas foi derrotado. A LER-QI esboçou, diante do impasse, enfiar de contrabando a defesa de que o eixo principal deveria ser a estatuinte. Não teve êxito.

Votou-se, então, se as diretas para reitor estava ou não em contradição com o governo tripartite. Em votação apertada, a mesa deu contraste para que não houvesse essa contradição. Depois disso, votou-se que não seria formado um comando de greve ali e haveria a participação nos atos de 2ª, 3ª e 4ª feira.

Manifestações de rua: enfrentamento à repressão policial e vitória no tribunal

A manifestação de rua do dia 7 de outubro se deu em conjunto com o rechaço à repressão sobre os professores em greve no Rio de Janeiro. No final do ato, a polícia avançou contra os manifestantes (especialmente os Black Blocs) e houve reação, com quebra de vidraças de bancos e tombamento de uma viatura policial. Dois estudantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional da ditadura militar (vide nota

do POR/Corrente Proletária). Essa lei enquadra manifestações em crime de sabotagem e é inafiançável, levando à prisão por 3 a 8 anos. O uso de uma lei da ditadura militar expressa o autoritarismo do governo Alckmin e sua insistência em tornar manifestações por reivindicações em crime.

No dia seguinte, novo ato, desta vez em frente ao Tribunal de Justiça. O reitor/interventor e o governo responderam à reivindicação de democracia na universidade com a tentativa de tornar a manifestação política de ocupação da reitoria em crime, ao pedirem a reintegração de posse (leia-se, desocupação violenta com uso da Tropa de Choque). O juiz nega o pedido e convoca uma audiência no Tribunal. Rodas vai à audiência e de forma intransigente diz que só marca negociação com a desocupação da reitoria. O juiz indefere o pedido de reintegração.

No dia seguinte, mais uma manifestação de rua, desta vez de unidade entre USP, Unicamp e Unesp. A polícia se prepara para uma guerra. Cerca a manifestação desde a Av. Paulista até a Assembleia Legislativa. Mas não chega a reprimir o movimento, que se fortalece com a decisão contrária à reintegração de posse.

Terceira Assembleia: a secundarização das pautas pela direção

A terceira assembleia geral da ocupação e greve não contou com divulgação pelo DCE, que nem mesmo pela internet o fez. Os cursos estão aprovando os piquetes e a cada dia mais deles entram em greve. Na véspera, a Farmácia e Física aprovam greve com piquete com participação massiva. Muitos vão se atrasar para a assembleia por conta das tarefas de mobilização em suas unidades. A assembleia começa pequena, mas cresce.

A primeira votação importante derrota a direção do DCE, ao colocar como prioridade a formação de um comando de delegados de base, defendido pela oposição, enquanto PSol/PSTU pretendiam jogá-la para o final. Aprova-se o comando, na proporção de 20 para 1 nas assembleias de curso. Na situação atual, será um comando de dezenas, até centenas de delegados.

A Corrente Proletária defendeu que a assembleia votasse a realização de plenárias diárias na ocupação, de forma a dar um caráter coletivo às decisões organizativas. Há um choque dentro da ocupação ao redor disso: as comissões se dividiram quanto à realização da plenária diária. A plenária é evitada por aqueles que não querem ver suas decisões contrariadas pela maioria. Usam do poder de veto nas comissões para evitar as decisões coletivas. A marcação de uma única plenária de base foi usada como pretexto para não encaminhar essa resolução.

Mas, a seguir, se coloca a votação das propostas de reivindicações do movimento. A Corrente Proletária defende não rediscutir as bandeiras aprovadas antes de aprovar aquelas que não foram debatidas nas duas assembleias anteriores, porque isso paralisa o movimento. A direção do DCE defendeu referendar a pauta anterior e depois discutir novas bandeiras. Ganhou a votação e foram aprovadas, uma a uma, por consenso, as reivindicações levantadas nos cursos, cerca de 30. A seguir, propôs que se dividissem as reivindicações em eixos e bandeiras, com o seguinte conteúdo: eixos são as reais necessidades a serem levadas à reitoria e governo; bandeiras são pautas secundárias neste momento ou estratégicas, que ficam para depois.

A Corrente Proletária denunciou que essa votação levaria a anular a maior parte das bandeiras aprovadas, abolindo-as

como objetivo prático de luta.

A manobra da frente PSol/PSTU era aprovar todas as reivindicações que vieram das assembleias de curso, de modo a inchar a pauta de reivindicações. A seguir, separar entre as que são possíveis ou não possíveis de serem conquistadas pela luta em curso. Finalmente, excluir as bandeiras centrais de governo tripartite e dissolução do C.O. juntamente com a lista de bandeiras das assembleias de curso.

Essa questão se coloca de forma muito diferente do que ocorreu em 2011. Naquele momento, havia um movimento centrado nas pautas de Fora a PM e Fim dos Processos, e a inclusão de pautas pela frente PSol/PSTU tinha como objetivo desviá-lo de seus objetivos. Separar o que era fundamental para o movimento das inúmeras outras bandeiras apresentadas servia para evitar que a direção o desviasse para a conciliação com a reitoria/governo. Agora, as muitas pautas que surgem como expressão da mobilização nos cursos contra a burocracia, e que deveriam ser defendidas como parte da luta geral pela democracia na universidade, são usadas para remover as bandeiras que de fato se chocam com a burocracia, reitoria e governo.

Assim, a direção do DCE conseguiu deixar apenas as bandeiras de diretas paritárias para reitor e estatuinte para serem negociadas. Sua contraposição ao governo tripartite e à dissolução do C.O. evidencia que pretende apenas ampliar a participação das direções sindicais e estudantis nesse mesmo organismo burocrático.

O movimento estudantil, de funcionários e professores deve manter sua independência política diante das disputas entre as frações burocráticas

Se a direção do DCE conseguiu rifar a maioria das reivindicações apresentadas nas assembleias, ainda não alcançou seu objetivo real, que é aprovar condicionantes para a ocupação e

Importância da aprovação do governo tripartite para a universidade

Apesar da confusão entre eleição para reitor por meio do critério de voto paritário (não universal) e governo tripartite, a decisão da assembleia estabelece um marco da luta pela democracia universitária. A mescla de poder e o critério proporcional foi obra do reformismo e do centrismo, respectivamente do PSOL e do PSTU.

O POR, por meio de sua Corrente Proletária da Estudantil, defendeu com precisão a adoção do governo tripartite, eleito pelo voto universal, constituição da Assembleia Universitária Soberana e revogabilidade do mandato. Finalmente, a mescla aprovada pela assembleia foi: eleição paritária para reitor, governo tripartite, com assembleia universitária e revogabilidade do mandato, dissolução do Conselho Universitário e estatuinte soberana.

A burocracia dirigente do DCE, constituída pela aliança PSOL/PSTU, combateu a fórmula do governo tripartite, mas logo verificou que a maioria estava a favor, entendendo que a direção da universidade deve deixar de ser corporativa, centrada em um reitor, exclusivamente de docentes, assentada na burocracia interna e submetida ao governo. Mas a força da tradição, a falta do desenvolvimento do programa proletário para

a greve que sejam negociáveis pela burocracia autoritária sem que isso represente uma derrota política. Seu objetivo real é a anulação da decisão do CO e a realização de um plebiscito institucional que aponte dentre as propostas apresentadas ao CO qual é a preferida. Assim, coloca-se por trás das disputas interburocráticas, arrastando os estudantes a apoiarem uma fração contra outra. Sem a independência política, os estudantes e trabalhadores não têm como defender seus próprios interesses.

A aprovação do governo tripartite, a dissolução do CO e o voto universal em alguns cursos expressa uma tendência de ruptura com essa posição seguidista e a defesa de uma democracia radical na universidade. O problema é o caráter embrionário da corrente proletária, que é a que é capaz de apontar o caminho da real autonomia universitária, que expressa o choque entre os que estudam e trabalham e o governo e os capitalistas, e a perspectiva de unidade com a classe operária na luta pelo socialismo, que é a via de real solução dos problemas da educação, arrancando-a dos capitalistas e colocando-a sob o controle operário.

Os estudantes, em sua maioria, ainda não fizeram a experiência com a chamada democratização da universidade, que é a política reformista de ampliar a participação de estudantes e trabalhadores na atual estrutura de poder, que expressa o controle da burguesia sobre a universidade, a universidade de classe. Mas a projeção da bandeira do governo tripartite ajudará a percorrer esse caminho, que voltará a essa bandeira de forma mais unitária e radicalizada, como meio de solução para os problemas mais sentidos e expressão da luta pela real autonomia universitária. A luta pela democracia universitária está ligada à defesa das reivindicações e dos métodos de luta do movimento, e o movimento estudantil deve levantar um programa proletário de defesa da real autonomia e democracia universitárias, do ensino público e gratuito a todos em todos os níveis, laico, único e ligado à produção social.

a educação no seio dos estudantes e as manobras do DCE não permitiram à assembleia distinguir as formulações.

A linha da burocracia reformista e centrista tem sido a de convencer os estudantes de que não há incompatibilidade entre eleição de um reitor pelo voto proporcional e a eleição de um governo tripartite pelo voto universal, submetido à soberania da assembleia universitária e à revogabilidade do mandato. A tarefa é tornar compreensiva para as amplas massas estudantis o conteúdo e o sentido do governo tripartite.

O fato de a assembleia ter aprovado a noção de que a universidade deve ser dirigida pelos três setores já é um enorme passo adiante. Questiona o fundamento antidemocrático burguês de que os professores devem deter o monopólio do controle da universidade. Na realidade, nem são os professores que exercem o poder universitário, mas os seus quadros burocráticos, principalmente aqueles mais vinculados ao Estado e ao empresariado. O governo tripartite rompe esse monopólio e se opõe ao burocratismo.

A direita burguesa o governo tripartite

É bom registrar o que diz o jornal Estado de São Paulo.

Editorial de 3 de outubro, intitulado “Mais uma invasão da Reitoria”: *“Eles defendem a adoção de um sistema de gestão tripartite integrado por um aluno, por um funcionário e por um professor, eleitos pelo voto paritário e com mandatos revogáveis por decisão de assembleias universitárias. Também exigem a dissolução do Conselho Universitário, o principal órgão deliberativo da USP. E querem a imediata convocação de uma ‘estatuinte livre e soberana’ para elaborar, ‘democraticamente’, um novo Estatuto e um novo Regimento Geral.”* Conclusão: “(...) a pauta de reivindicação é delirante e tem escasso apoio nos dez campi da USP.”

O editorial de 11 de outubro é dedicado a atacar o juiz que não concedeu a liminar de reintegração de posse da Reitoria. Um dos argumentos foi o das reivindicações. Eis: *“Há dias, um pequeno grupo de estudantes arrebentou a machadadas as portas do prédio da Reitoria e tentou invadir o Conselho Universitário, que estava em sessão, a pretexto de reivindicar a eleição direta para reitor e a gestão tripartite, com mandatos revogáveis de assembleia universitária. Trata-se de uma reivindicação absurda, pois a USP tem de ser gerida no princípio do mérito, por professores que se submeteram a concursos públicos.”*

A tentativa de desqualificar a luta democrática dos estudantes considerando a decisão da assembleia de “delirante” se justifica pelo fato de a reação não tolerar sequer a democratização da universidade, imagine então se levantar a bandeira de governo tripartite.

Quanto à extensão do apoio às bandeiras democráticas, trata-se de luta política. Uma das travas para que a decisão seja compreendida programaticamente e encarnada pela maioria se encontra na direção do DCE. O PSOL e PSTU simplesmente desconhecem a decisão e fazem de tudo para que a bandeira do governo tripartite não se popularize. A direita burguesa, ao contrário, vê o perigo do movimento avançar o combate democrático à casta autoritária que comanda a USP e que usufrui de privilégios.

Está aí por que, no editorial de 11 de outubro, questiona a participação dos estudantes e funcionários na condução da USP. Certamente, não basta aprovar as reivindicações, decretar a greve e ocupar a Reitoria. É necessário que o movimento amplie a compreensão do conteúdo da luta pelo governo tripartite. Terá de romper os desvios e as travas impostos pelo PSOL e PSTU.

Divisão interburocrática e democratização da universidade

A burocracia acadêmico-governamental se vale do Estado e da política do governador de plantão. O controle burocrático da universidade traz vantagens para os quadros políticos extraídos do corpo docente. São parasitas da instituição pública. Manejam as verbas independentemente de quem estuda e trabalha. São privatistas. Vêem com desprezo os estudantes e funcionários. Reagem com dureza contra aos movimentos que se chocam com o autoritarismo. Expressam na educação o obscurantismo e a reação. Esses são os traços fundamentais da burocracia que comanda a USP, a maior universidade do País.

No seio da burocracia há diferenças e cisões, que expressam as tendências da política burguesa e em menor escala as

da pequena-burguesia. Está aí por que ocorrem disputas entre as frações da burocracia. Em tais circunstâncias, uma das frações recorre à bandeira da democratização ou de aperfeiçoamento democrático.

No seio do movimento estudantil, também se manifestam as disputas interburocráticas. Os reformistas da pequena burguesia necessitam potenciar-se no interior da burocracia e influenciar nos órgãos de poder da universidade. Os centristas, por sua vez, seguem em certa medida os reformistas. A potenciação do reformismo e do centrismo não emana do Estado, do governo e dos partidos da burguesia tradicionais. Emana do movimento estudantil. A bandeira da democratização é-lhes, portanto, a porta de entrada na estrutura interna da universidade.

Sem dúvida, as direções estudantis reformistas se movimentam em torno da democratização quando a burocracia universitária expõe suas fraturas. É o que está se passando com a atual disputa em torno da troca de reitor. O DCE se mobilizou sob tais condições.

Programa da autonomia universitária

A defesa da autonomia universitária se distingue da defesa de democratização. Embora algumas bandeiras da democratização não se contraponham conjunturalmente à autonomia universitária, a democratização estrategicamente sim. A distinção deve ficar clara.

A autonomia universitária resulta do rompimento do controle do Estado e da burocracia docente sobre a universidade. Estudantes, funcionários e professores mobilizados e unificados pela assembleia universitária impõem seu controle, portanto seu governo. Esse é o conteúdo do governo tripartite, eleito pelo voto universal. Em circunstância mais avançada das conquistas, a própria assembleia universitária poderá eleger o governo da universidade. É obrigatório o critério de revogabilidade do mandato pela assembleia universitária.

A democratização da universidade não passa de reformas no seio da instituição. Não implica e nem leva à destruição do poder da burocracia e do monopólio docente, por mais ampla que seja a reforma. Como reforma democratizante, dará passos progressivos sobre a base da mobilização e organização dos três setores. Reduzirá o poder absoluto da burocracia dominante e a interferência autoritária do governo. Dinamizará lutas internas à burocracia. Realinhará posições no movimento de massa. Que reforma seria essa? Eleição direta para reitor e para todos os órgãos da universidade, que seriam regidos pela representação paritária entre os três setores, revogabilidade do mandato e revogação de toda legislação interna repressiva e fim da ingerência do governo sobre os critérios de eleição do reitor e de funcionamento da instituição.

Uma reforma com tais características somente será possível por meio de intensa luta dos estudantes, o suficiente para arrastar parte da burocracia universitária, que, para não perder o dedo, entrega o anel. Não importaria o poder da maioria estudantil. A fração docente continuaria hegemônica. Parte das frações estudantis e dos funcionários se vincularia à fração burocrática democratizante. A influência do governo tão somente se relativizaria. Essa é a melhor da hipótese para a democratização. Para sobreviver, teria de avançar. O que dependeria da direção

revolucionária se esta se fortaleceu com a defesa sistemática do programa da autonomia universitária. Se esta se potenciou sobre a base da experiência democratizante, poderá conquistar a maioria para impor o programa proletário para a educação.

A vanguarda revolucionária está obrigada a considerar o processo democratizante, tendo por fundamento que não objetiva reformar a universidade, mas de transformá-la. É sobre a base da experiência da luta democrática e revolucionária que o POR defende o programa da autonomia universitária.

Não se trata de reformar a universidade, mas de transformá-la

A bandeira de democratização objetiva reformar a universidade. Se fosse possível, cumpriria um papel progressivo. Eis por que a hipótese de democratização apresentada acima é insustentável e sua probabilidade, escassa.

A universidade se assenta nas bases econômicas e nas relações sociais do capitalismo. Essas se decompõem em razão da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A reforma da universidade depende das necessidades e da disposição da burguesia. Nem uma, nem outra estão vigentes. A pequena burguesia não é uma força social capaz de se impor perante a burguesia e levar adiante adaptações substanciais na universidade decadente. E o proletariado quando se levantar contra a burguesia imprimirá à educação como um todo e, em particular, à universidade, seu programa socialista de transformação.

Embora estejamos distantes dessa possibilidade, considerando a inexistência de um poderoso partido marxista-leninista-trotskista e do brutal atraso político da classe operária, a militância revolucionária está obrigada a defender o programa proletário para a educação. A profunda crise do capitalismo empurra as massas à luta e permite o desenvolvimento das reivindicações transitórias. As condições objetivas são o ponto de partida da defesa do programa, sem desconsiderar o desenvolvimento da consciência e das experiências democrática dos explorados e da juventude.

Reivindicação transitória para a educação

A autonomia universitária é uma bandeira transitória de luta pelas transformações socialistas. É democrática porque se trata de uma tarefa que deveria ser realizada pela própria burguesia. O seu caráter de transição indica que faz parte de um conjunto de tarefas que levam à luta das massas pelo socialismo. Não poderá ser realizada plenamente no âmbito do capitalismo. Somente o programa da classe operária poderá responder às tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia,

entre ela e a autonomia universitária.

As universidades no Brasil são apêndices do Estado ou propriedade privada de empresários. Os estudantes que constituem a parte fundamental do ensino na condição de aprendizes não têm como decidir nada. São incorporados ao ensino como uma força passiva, sujeita a todas as deformações da divisão de classe e da divisão social do trabalho. As deformações de que são vítimas como agentes passivos se expressam no divórcio entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a prática e a teoria, entre o ensino e a produção social.

Os professores de forma geral também não decidem em última instância. Estão condicionados pelo Estado e pela ideologia dominante. Sem uma relação viva e contraditória com as massas estudantis, acabam por se acomodar aos interesses dos capitalistas e se postam como uma força conservadora, quase sempre reacionária.

A relação de subordinação autoritária dos estudantes perante os professores e de alienação da consciência de classe perante as relações sociais expressam o controle do ensino pelo Estado, pelo empresariado e pelas igrejas. A raiz dessa subordinação se encontra na exploração do trabalho e nas relações capitalistas de propriedade. É preciso ter claro que não haverá nenhuma transformação substancial da educação se não se transforma o capitalismo em socialismo. Não haverá a democratização da universidade estando esta condicionada pelo Estado burguês.

Os agentes governamentais e da burguesia explicam que os professores dirigem a universidade por mérito, por deter o conhecimento e porque são a parte perene da instituição. Esse pressuposto se materializa na constituição de uma fração burocrático-estatal que maneja o ensino sob condições de decadência. Ainda que de passagem, é preciso ter claro que a universidade brasileira segue os ditames do imperialismo.

A conquista da autonomia universitária, longe de colocar os estudantes no lugar dos professores, permitirá restabelecer sua verdadeira função e potenciá-la. A emancipação da capacidade intelectual dos professores da forma de capital e de dominação ideológica é uma tarefa que deve ser cumprida no processo de transformação da educação. A luta pelo controle de quem estuda e trabalha da universidade é a via para se romper a camisa de força imposta pelo capitalismo putrefato à educação. A autonomia universitária estabelece o governo da universidade por estudantes, professores e funcionários. A mudança na relação de poder na universidade, portanto, política, permitirá assumir coletivamente o objetivo de superação do divórcio da educação com a produção social, sob a direção do proletariado.

Alckmin e seu reitor/interventor criminalizam e usam lei da ditadura militar contra movimento estudantil que luta por democracia na universidade - 08/10/13

Abaixo a repressão!

Abaixo a Lei de Segurança Nacional da ditadura militar!

Todo apoio às ocupações das reitorias da USP e da Unicamp!

No último dia 07/10, foram realizados protestos e manifestações em várias cidades contra a brutal repressão do governo Cabral aos professores em greve no Rio de Janeiro. Em São Paulo, essa

manifestação contou com a participação de estudantes da USP, em greve e com a reitoria ocupada, reivindicando democracia na universidade. Ao final do protesto, que tinha percorrido desde a Ave-

nida Paulista até a Praça da República, a polícia passou a atacar os manifestantes com bombas de gás. Durante a repressão, um carro da PM foi tombado. Dois manifestantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, um instrumento criado pela ditadura militar para processar manifestantes contra o regime.

No dia seguinte, o reitor/interventor da USP, Grandino Rodas, foi ao Tribunal de Justiça para se negar a retirar seu pedido de “reintegração de posse” da reitoria ocupada (leia-se, desocupação violenta com uso da Tropa de Choque). A ocupação é uma manifestação política para reivindicar a democracia na USP, a mais antidemocrática do país. A reitoria é de todos, não é propriedade do reitor. O direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações é elementar. Mas o reitor/interventor se nega a negociar e ainda criminaliza o movimento que luta por democracia.

Os estudantes da Unicamp ocuparam a reitoria para lutar contra a entrada da polícia no interior da universidade, que só tem a função de aumentar a repressão contra os movimentos de estudantes e trabalhadores. A morte de um estudante numa briga numa festa foi o pretexto usado pela casta autoritária que dirige a universidade para jogar a repressão contra os movimentos. A resposta dos estudantes foi a mesma dada na USP em 2011. Lá, a desocupação foi feita com 400 homens da Tropa de Choque, que chegaram a invadir a moradia em busca de estudantes a serem presos e processados.

Alckmin e Rodas respondem à mobilização que pede democracia com mais ditadura.

Governador do Rio (PMDB) proíbe uso de máscaras nas manifestações Governador de São Paulo (PSDB) aplica a Lei de Segurança Nacional

Derrotemos a ofensiva policial dos governantes com o movimento de massa e com os métodos de luta da classe operária

O ataque da polícia às manifestações e o quebra-quebra promovido pelo autodenominado anarquista Black Block mais uma vez imprimiu um conteúdo político alheio ao movimento de massa.

A greve e as manifestações dos professores no Rio e o protesto em São Paulo tinham claras reivindicações. No Rio: derubar o Plano de Carreira discriminador e empobrecedor dos professores e defesa do ensino público e gratuito. São Paulo: solidariedade aos professores do Rio brutalmente reprimidos, fim da repressão ao movimento estudantil e defesa da ocupação da Reitoria da USP por estudantes e funcionários que lutam pela eleição direta de um governo tripartite da universidade e da ocupação da Reitoria da UNICAMP pelos estudantes contrários à presença da Polícia Militar no campus.

O cerco policial e o desfecho da violência foram contra o movimento e suas reivindicações. Os jovens do Black Block atuaram de fora do movimento grevista e de massa, não se disciplinaram aos seus métodos de luta e não atuaram sob as reivindicações concretas. A polícia tem usado as ações paralelas dos Black Block para justificar o ostensivo uso de bombas, de gases e de balas de borracha. Mas o objetivo principal não é o de conter a insubordinação dos “anarquistas”, mas sim a força crescente do movimento das massas.

De um lado, os governantes se valem da tropa de choque; de outro, prega o direito de manifestação pacífica. O perigo para a burguesia não está no “petardismo” dos Black Block,

Os estudantes enfrentam o autoritarismo das reitorias e do governo para defender a universidade pública e gratuita. Lutam contra o sucateamento da educação (por contratação de professores necessários), contra a elitização da universidade (defesa da permanência estudantil – moradia para todos, por cotas raciais, contra o fechamento do campus, por circulares públicos e gratuitos), contra a precarização do trabalho (fim das terceirizações, contratação dos temporários), contra a privatização (fim das fundações), e contra a repressão (fim de todos os processos, reintegração dos demitidos políticos e eliminados, fora a PM) e contra o autoritarismo (por eleições diretas pra reitor, governo tripartite, estatuinte e dissolução do conselho universitário).

Ao mesmo tempo, se colocam ao lado dos trabalhadores que se mobilizam pelas reivindicações (correios, bancários, petroleiros, funcionalismo e professores de vários estados) e contra a repressão e criminalização dos movimentos.

É preciso unificar todas as lutas em andamento num só movimento de defesa da vida, do trabalho e da educação, saúde e moradia dos trabalhadores e suas famílias, contra a repressão e pelo direito democrático de manifestação pelas reivindicações. Por abaixo as leis repressivas, LSN, antigreve etc. Cabe às organizações gerais, centrais, estudantis, populares, organizarem a unificação dos movimentos para ganhar a força necessária para derrotar os capitalistas e seus governos! Às ruas, pelas reivindicações gerais!

mas no avanço da luta das massas, que pode passar de posições defensivas, como as de agora, para posições ofensivas.

Nenhuma intervenção da polícia contra os movimentos!

Direito irrestrito de manifestação e organização!

Libertação dos manifestantes!

Fim da Lei de Segurança Nacional voltada contra o movimento de massa!

Eliminação dos processos contra estudantes da UNIFESP, USP e UNICAMP!

Que os governantes atendam as reivindicações dos professores e dos estudantes!

O que querem os ativistas do Black Block Como o governo burguês os combate

O contingente de jovens que se utiliza das redes sociais para intervir nas mobilizações comparece como um fenômeno mais ou menos recente no Brasil, inspirado em movimentos de outros países e articulado sob o nome de Black Block. Sua prática mostra a noção básica que os motiva: descarregar o ódio ao capital financeiro e aos maiores símbolos do consumismo. Vestem-se de preto, mascaram-se, intervêm nas manifestações e passam a quebrar bancos, etc. Assim se distinguem corporativamente do movimento de massa.

Os Black Block se notabilizam por ações espetaculares, entre elas a de desafiar a tropa de choque, quebrar viaturas e queimar veículos de emissoras.

Há cerca de uma década que esse agrupamento copia os padrões dos Black Block dos Estados Unidos e Europa. Em 2000, despontou atacando o prédio Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob a bandeira de anarco-punks. Retornou, agora, com maior presença, nas manifestações de junho.

Os governos e os meios de comunicação atuam com a tática de distinguir manifestação pacífica dos movimentos sociais das ações violentas dos Black Blocks. Por sua vez, os Black Block consideram inconsequentes as manifestações de massa que não partem para a quebradeira e enfrentamento com a tropa de choque.

Os governos e a polícia estão à espera do momento certo para reprimir com maior força os Black Block. No Rio de Janeiro, Sérgio Cabral proibiu o uso de máscaras nas manifestações. Em São Paulo, Geraldo Alckmin aplicou a Lei de Segurança Nacional, herdada da ditadura militar, para enquadrar Humberto Caporalli e Luana Bernardo Lopes, presos e acusados de crime de sabotagem.

Os danos materiais são insignificantes para os bancos depredados. Mas os danos políticos são significativos. Os Black Block desmontam a imagem de governos democráticos, capazes de conviver com manifestações pacíficas. A greve dos professores e os seus protestos contra a aprovação do Plano de Cargo e Carreira antitrabalhador e antieducação no Rio de Janeiro foi duramente combatida e reprimida pela polícia. As imagens de agentes secretos da polícia atirando bombas do telhado da Câmara Municipal nos professores mobilizados e o flagrante de PMs plantando provas na mochila de um jovens detido são apenas um dos exemplos da violência policial contra o movimento pacífico dos professores.

É claro que o governo e os meios de comunicação vão culpar os “mascarados”, “os vândalos” e “delinquentes como responsáveis pela violência policial. Na verdade, os Black Block não passam de pequenos contingentes de jovens descontentes, revoltados contra os males do capitalismo em decomposição e desorientados politicamente por um suposto anarquismo. É uma infantilidade a sua crença de que são consequentes atacando símbolos do capitalismo monopolista.

Tamanha ilusão nasce de uma camada da pequena burguesia desencantada por sua posição social no capitalismo. Atrai jovens dos bairros pobres e das favelas, submetidos à miséria e à diária violência policial. A ausência de uma direção revolucionária do proletariado capaz de unir a maioria oprimida contra a burguesia favorece o surgimento de agrupamento como o dos Black Block. É preciso, portanto, submetê-lo à crítica revolucionária e rechaçar a falsa caracterização que deles fazem os agentes da burguesia. A começar pela distinção montada entre manifestação pacífica e manifestação violenta. Somente assim se pode responder politicamente ao cego desespero pequeno burguês dos Black Block e combater a brutalidade policial contra os explorados.

O essencial da crítica

Os ativistas do Black Block agem à margem do movimento de massa e dos métodos de luta próprios da classe operária. E por que assumem a forma de uma corporação jovem desvinculada das massas? Porque não se guiam por fundamentos programáticos, por uma linha política e não se vinculam organicamente ao trabalho no seio dos explorados. Sobrevivem

de ações convocadas pelas redes sociais. Lançam-se contra as imagens exteriores do capitalismo.

São prejudiciais ao movimento de massas, uma vez que atuam de forma anárquica, não ligada à democracia operária que deve organizar os movimentos.

Não são causadores da intervenção policial, mas suas ações isoladas e em desconformidade com a evolução política das massas servem ao Estado para justificar sua violência e para ganhar as camadas dos explorados mais atrasadas e distantes das lutas organizadas. É preciso rechaçar os ataques da polícia aos Black Block, com a clara compreensão de que se voltam contra os explorados e de que somente a classe operária com seus métodos de luta pode dissolver as tendências anárquicas prejudiciais às suas reivindicações e ao seu combate à burguesia.

Manifestação pacífica e violência

Toda violência tem causas. E as causas da violência se encontram nas relações econômicas e sociais. O isolamento e o esvaziamento da violência de suas causas é uma operação de ocultamento do seu conteúdo de classe.

A burguesia e seus agentes – governos, partidos, imprensa, igrejas, etc. – têm interesse em tratar abstratamente a violência pelo estrito teor destrutivo. Podem assim opor a ação dos Black Blocs às manifestações pacíficas. Ou seja, determinar o que é ou não permitido pela lei. Quebrar o patrimônio dos capitalistas fere o direito de propriedade. Esse é o conteúdo imediato da violência dos jovens mascarados.

Os professores quando decidem ocupar as dependências da Câmara Municipal também ferem a lei de funcionamento das instituições da burguesia. Por isso foram duramente reprimidos e cerceados no direito de manifestação. A lei também considera violência bloquear a Câmara Municipal que iria votar o maldito Plano de Cargos e Salários do prefeito peemedebista. Até junho, qualquer bloqueio de ruas, avenidas e estradas era considerado ação violenta. A Av. Paulista foi considerada área proibida de manifestações. Quantas vezes milhares de professores foram atacados pela polícia porque ocuparam a Paulista! A Apeoesp foi multada em uma soma impagável por dirigir assembleias e passeatas nesta avenida. Os estudantes que ocuparam a UNIFESP e USP foram presos e respondem a processos. Todos são enquadrados no princípio burguês da violência. Qualquer violação social da propriedade privada é violência.

A única violência concebida é a do Estado e dos capitalistas contra a classe operária, os camponeses, a juventude oprimida e a classe média que ousa contestar sua situação de ruína. As forças Armadas, a polícia e o judiciário são instrumentos especiais constituídos para defender a propriedade capitalista e a exploração do trabalho. E garantir a ordem pública contra os miseráveis e famintos, que não têm o direito de se rebelarem.

Os operários conscientes e sua vanguarda devem rechaçar a condenação burguesa da violência dos Black Blocks e combater a repressão. Ao mesmo tempo, rejeitar as suas ações isoladas e opostas ao desenvolvimento da luta de massa.

A violência revolucionária se identifica como tal quando se trata da revolta das massas – espontânea ou organizada – contra a opressão capitalista. As rebeliões tendem a constituir organismos de autodefesa e a colocar o armamento operário. É revolucionária porque emana da luta de classes, porque serve à defesa da vida dos explorados e porque permite a luta pela

tomada do poder pelo proletariado. A violência contrarrevolucionária expressa a luta de classe da burguesia em defesa da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho.

Que lugar ocupam as ações dos Black Blocks? Por seu pequeno alcance e por ser um fenômeno novo ainda não se evidenciou. Parece progressivo porque está contra a propriedade dos banqueiros. Mas somente na aparência é assim. Destruir caixas de banco não atinge o capital. O máximo que faz é dar prejuízos aos banqueiros, que imediatamente serão lançados nas costas da população. As ações isoladas tenderão a colocar os anarco-punks em choque com os métodos de luta do proletariado. Acabam, assim, servindo à burguesia.

A organização revolucionária da juventude

A energia e disposição de luta da juventude oprimida devem impulsionar a construção do partido marxista-leninista-trotskista. Outras formas de organização surgem em meio aos choques com os exploradores, seus governos e aparatos repressivos, mas nenhuma substitui o partido revolucionário.

O partido é o programa de destruição do capitalismo e construção do socialismo. Necessariamente, transforma os instintos de revolta do proletariado em combate à exploração e em luta pelo poder.

Grande parcela da juventude pertence à classe operária e à classe média sufocada pelo capitalismo. Sobre ela, recaem os efeitos catastróficos da sociedade de classe em decomposição. Não é preciso enumerá-los em detalhe, basta citar o desemprego, os salários de fome, as privações escolares, as discriminações e a violência policial.

Rio de Janeiro

Ato e greve dos professores do Rio

No dia 07 de outubro, com mais de 50 mil pessoas, o ato em defesa das greves estadual e municipal do Rio de Janeiro e contra a repressão policial aos grevistas marcou o caminho para arrancar as reivindicações do movimento. A ação direta que paralisou as principais avenidas do centro da capital mostrou novamente que a luta coletiva é a chave para colocar contra a parede os governos. A força dos professores, dos estudantes e das entidades presentes é uma resposta prática à intransigência de Paes e Cabral.

Com palavras de ordem que tinham como conteúdo a continuidade dos movimentos grevistas e a necessidade de unidade de todos os trabalhadores da educação, o ato do dia 07 ganhou importância não porque apareceram novas cenas de “depredação” como a imprensa burguesa quer evidenciar, mas porque colocou em cena a força coletiva de dezenas de milhares de trabalhadores contra a barbárie que representa o Estado “democrático”. Foi uma demonstração de força do movimento, impulsionada pela face mais violenta da ditadura da burguesia: a expulsão dos professores de seu acampamento, a brutal repressão para que a votação do projeto de Paes ocorresse na Câmara, no dia 1º de outubro.

A quebra de vidros, o fogo sobre a janela da Câmara, embora praticada por uma minoria, ligada à juventude, não foi rechaçada pelo movimento, foi encarada como legítima resposta à violência do Estado.

No entanto, devemos afirmar que a grande manifestação e seu

São essas condições que levam à formação de agrupamentos como o dos Black Blocks. Mas não somente elas, e tampouco mecanicamente. A juventude, começando pela sua vanguarda que se desperta na luta, se encontra diante da crise de direção revolucionária. Desse mal, padece a classe operária e, por extensão, todos os oprimidos.

A putrefação do capitalismo e suas crises obrigam os explorados a se levantarem, a irem às ruas e a enfrentarem a determinação da burguesia de atacar a vida das massas. Mas não estão soldados à direção revolucionária, que os unifique sobre a base das reivindicações, das bandeiras próprias e do programa socialista.

É bem provável que parte dos jovens que aderem ao Black Block o faz por desconfiança e rejeição ao reformismo, ao eleitoralismo, ao burocratismo e à demagogia do revolucionarismo pequeno-burguês. Esse fenômeno é parte da crise de direção. Reivindicar-se do anarquismo é um anacronismo que somente se explica pelo tremendo retrocesso sofrido pelo movimento revolucionário internacional em razão do revisionismo estalinista, da destruição da III Internacional e da restauração capitalista.

O trabalho de recuperação do terreno perdido é árduo, demorado e paciente. Não há atalho. É preciso sobre a base das experiências passadas e das presentes levantar o partido como destacamento avançado dos explorados, por expressar o programa histórico de destruição do capitalismo e edificação do socialismo. A juventude oprimida ocupa um lugar de destaque na construção do partido e na luta de classes. É dever revolucionário dos marxistas trabalharem a fundo por sua organização e pela elevação de sua consciência socialista.

impacto sobre o ânimo dos grevistas não é suficiente para garantir a vitória, conquanto seja condição para a mobilização. A continuidade da greve foi aprovada tanto na assembleia da rede estadual, quanto na da rede municipal da capital, com ações e paralisações de várias outras redes municipais do Rio. Manifestações massivas que param a cidade não podem, contudo, estarem desvinculadas da linha política de unidade grevista, de continuidade do movimento e de não rebaixamento das reivindicações.

O SEPE continua preservando as assembleias separadas da rede estadual e das redes municipais. Contingência que, em determinados locais de trabalho, pode ser explicada pelo ânimo da classe, pela sua disposição, pela sua organização, mas que não justifica a imperiosa necessidade de colocar a unidade, de buscar implantá-la, para que nenhum professor saia derrotado, para que essa greve sirva de trincheira para barrar o projeto dos governos.

Na mesma semana do ato e das assembleias grevistas, outros atos foram marcados. Um do dia 10, que seguia para o Palácio Guanabara, mas foi barrado pela repressão policial, e outro que ocorrerá no dia 15, enquanto fechamos esse artigo. Atos unificados que dão visibilidade ao movimento e que devem ser seguidos de assembleias gerais, que coloquem para todos os mobilizados os problemas da greve e como solucioná-los coletivamente.

07/10/2013

**A greve continua nas redes municipal e estadual!!
Pela paralisação total das escolas!**

Unidade de todos os trabalhadores da educação! Assembleias gerais e unitárias dos educadores do município e do estado!

Para aprovar o PL 442 (Plano de Carreira), o governo de Eduardo Paes foi obrigado a utilizar da mais covarde e violenta repressão contra os trabalhadores da educação. Essa foi uma demonstração cabal de como os governos não representam os interesses da população e precisam se utilizar da força repressiva do Estado para imporem sua vontade. O Plano de Carreira da rede municipal foi estruturado para cortar gastos, impor um ritmo de trabalho maior aos professores e abrir caminho para a privatização, a partir da destruição do ensino público.

As condições de ensino e de trabalho já são precárias. A violência e a indisciplina nas escolas reflete a barbárie social. Não há Plano de Carreira que resolva essa situação, mas o Lei imposta pelo governo municipal ainda torna pior esse quadro.

Na rede estadual, os salários estão arrochados, a infraestrutura das escolas sucateada e os profissionais sofrem constantemente com o assédio moral, agora instituído por meio de exame meritocrático.

A unidade dos trabalhadores das redes municipal e estadual é imprescindível para a vitória de nosso movimento.

O sindicato (SEPE) orientou todas as regionais a participarem do ato de hoje e de paralisarem suas atividades. Na Baixada, em muitas cidades, não foi deliberada a paralisação, como Nova Iguaçu. Precisamos corrigir esse problema. A unidade de todas as redes públicas do Rio de Janeiro é a condição para derrotar a política dos governos, que se expressam com particularidades em cada rede, mas têm uma essência comum: manter os salários arrochados, aumentar a carga de trabalho, responsabilizar o professorado pela falência do ensino e cortar gastos.

A nossa força é a existência de centenas de milhares de trabalhadores da educação espalhados por todo Estado. O nosso sindicato, SEPE, congrega todos os trabalhadores. Está na hora de fazer um chamado conjunto – uma única greve geral de toda Educação: por salário, por diminuição da jornada de trabalho, por melhores condições de ensino nas escolas.

Outras greves tem ocorrido pelo país, a exemplo de Mato Grosso e das recentes greves de Rondônia e Rio Grande do Norte. Reafirmamos: há uma só política de todos os governos, de todos os partidos que estão à frente das esferas municipal, estadual e federal. É preciso quebrar essa política, de destruição da educação pública e de retirada de direitos.

Em nossas assembleias, devemos aprovar:

- Unidade dos trabalhadores da educação: assembleias e atos conjuntos das redes municipais e estadual! APROVAR A CONTINUIDADE DA GREVE!
- Exigir da CNTE uma campanha nacional em defesa das greves e de unificação dos movimentos para construir uma mobilização em todo país!

- Pela derrubada imediata do Plano de Carreira de Eduardo Paes!
- Pelo atendimento de todas as reivindicações levantadas pelo SEPE, ligadas ao salário e à jornada!
- Fim da Repressão! Direito irrestrito de greve e manifestação!

07/10/2013

**ABAIXO A REPRESSÃO SOBRE OS TRABALHADORES
DO RIO DE JANEIRO!!!**

**CHEGA DE SUBMISSÃO AOS GOVERNOS BURGUESES!
PELA DERRUBADA DO PLANO DE CARREIRA DE EDUARDO PAES!!**

FIM DA POLÍTICA EXCLUDENTE DE SERGIO CABRAL!!!

**UNIDADE GREVISTA DOS EDUCADORES MUNICIPAIS
E ESTADUAIS!!!**

**PARAR O RIO ENQUANTO NÃO ATENDER AS REIVINDICAÇÕES!
NENHUMA TRÉGUA A EDUARDO PAES E SÉRGIO CABRAL!!**

**OCUPAR AS PRINCIPAIS AVENIDAS DO RIO! MANIFESTAÇÕES
DIÁRIAS ATÉ QUE OS GOVERNOS SE DOBREM À FORÇA COLETIVA
DAS CENTENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES EM LUTA!!!**

**ORGANIZAR AS ASSEMBLEIAS GERAIS COMO ÓRGÃOS DE
DELIBERAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DOS TRABALHADORES!**

**POR UM SISTEMA ÚNICO, PÚBLICO, GRATUITO DE EDUCAÇÃO,
SAÚDE E TRANSPORTE SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES!!!**

**NENHUM GOVERNO BURGUEÊS NOS REPRESENTA!!
POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS SAÍDO DA REVOLUÇÃO
SOCIAL DAS RUAS!!!**

COMPANHEIROS,

**O CAPITALISMO OFERECE APENAS BARBÁRIE. CHEGA DE
ILUSÕES NO PARLAMENTO E NAS ELEIÇÕES! CONSTRUIR O PARTIDO
DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA! CONSTRUIR O PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO! APENAS COM O SOCIALISMO SERÁ POSSÍVEL
EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE PARA TODOS!**

**NADA DE PARTIDOS BURGUESES! NADA DE PARTIDOS
ELEITOREIROS! POR UM PARTIDO COM A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA!!!**

**VENHA MILITAR NO POR! VENHA DISCUTIR NOSSO PROGRAMA E
INGRESSAR NA LUTA PELO FIM DA EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO
HOMEM!**

**ENTRE EM CONTATO, REUNIÕES QUINZENAIS NO RIO E NA
BAIXADA.**

Paraíba

A suspensão da greve dos correios na Paraíba

No dia 8 de Outubro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) votou o dissídio e encerrou a greve dos Correios. O SINTECT-PB reuniu os trabalhadores de João Pessoa para acompanhar o julgamento e, em seguida, deliberarem sobre a continuidade ou não da greve.

Os ministros determinaram que os grevistas deveriam aceitar a proposta de reajuste feita pela ECT, cujo aumento real foi de míseros 1,7%. Como empresa e governo se mostravam inflexíveis, mesmo diante das reivindicações rebaixadas, a FENTEC, sem a menor intenção de radicalizar o movimento, aceitou a determinação do TST. Por meio da greve, os trabalhadores conseguiram manter a cláusula 11, referente ao plano de saúde. Certamente, a ECT continuará pressionando para impor a privatização do plano de saúde. Além da questão salarial e do plano de saúde, o TST declarou que a greve não era abusiva e o não desconto dos dias parados (condicionado à reposição de duas horas-extras diárias). Por fim, declarou que a FENTEC é a organização nacional legítima para negociar em nome da categoria.

Com o término do dissídio, os trabalhadores do SINTECT-

PB iniciaram a Assembleia. A direção (PCO) considerou a greve vitoriosa. Reconhecendo que os avanços foram pequenos, os diretores sindicais sustentaram que, diante da intransigência da empresa, das perseguições e assédio moral, o resultado foi positivo. Tudo estava encaminhado para não contrapor a decisão do TST. Assim, a polêmica se deu sobre o dia de volta ao trabalho. A direção se esforçou para convencer os trabalhadores a voltarem ao trabalho no dia seguinte, argumentando que se tratava de “respeito à população”. Porém, a maioria rechaçou a posição demagógica da direção e deliberou pela volta para o dia 10.

Como se vê, a assembleia não debateu o conteúdo da decisão do TST de acatar a proposta da ECT. Certamente, diante do salário miserável, que é em média mil reais, é preciso fazer um balanço da greve. O significado de não se obter as reivindicações, a divisão burocrática das direções de São Paulo e Rio de Janeiro, a contraproposta que rebaixou as reivindicações e a decisão do dissídio que levou à suspensão da greve.

O POR atuou pela vitória da greve, por meio dos boletins impulsionando a unidade dos grevistas, os métodos de ação direta e criticando a conduta das direções burocráticas.

Publicamos abaixo o Boletim de outubro

Que a greve dos Correios tome as ruas para conquistar as reivindicações

No último dia 27, o Comando Nacional de Negociação e Mobilização da Campanha Salarial 2013, diante da intransigência do governo, resolveu rebaixar suas propostas. As reivindicações de reajuste de 7,13% em decorrência das perdas salariais acumuladas e aumento real de 15% foram substituídos pelo reajuste de 8% extensivo a todos os benefícios. A reivindicação de aumento linear para todos os funcionários da ECT no valor de 200 reais caiu para 100. Mesmo diante desse rebaixamento, o presidente da ECT, Wagner Pinheiro, juntamente com o ministro Paulo Bernardo, rejeitou, alegando que a empresa tem responsabilidades financeiras e que o atendimento das reivindicações econômicas seria prejudicial à empresa em sua relação com mercado.

Os ecetistas da Paraíba se anteciparam ao movimento nacional. Em greve desde o dia 13 de setembro, não aceitaram o acordo fechado com a empresa. Mas, parte da direção que compõe a FENTEC (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares) tenta acabar com a greve, impondo o rebaixamento das reivindicações. O SINTECT-PB repudiou o acordo firmado unilateralmente pelos sindicatos de SP e RJ.

Rechaçar a privatização da Saúde

A ECT vem tentando acabar com os direitos conquistados. A saúde, mais uma vez, está na mira do governo e dos empresários. Dilma Rousseff (PT) vem implementando sua política de desmonte e transferência do patrimônio público às empresas privadas. A tentativa de substituir o plano de saúde atual pelo Postal Saúde ocorre visando a cobrança de mensalidades

dos trabalhadores e retirada de direitos, principalmente dos familiares e dos aposentados. A defesa da manutenção do atual Correio Saúde é parte da luta contra o avanço da privatização da saúde. A crise econômica mundial exige que os capitalistas avancem, cada vez mais, sobre os setores sociais. Devemos resistir a esse ataque.

Assim, como no âmbito federal, os ataques ocorrem em várias cidades do estado da Paraíba, como em Campina Grande. É preciso que o SINTECT-PB se some à luta contra a privatização da saúde municipal, quem vem sendo imposta pela Câmara dos vereadores e pelo prefeito Romero Rodrigues (PSDB), por meio das OS's (Organizações Sociais). Outro aspecto dessa política mais geral que se manifesta em Campina e em Cajazeiras é a tentativa de privatização dos Hospitais Universitários da UFCG por meio da EBSEH (Empresa brasileira de Serviços Hospitalares).

A luta pelo reajuste salarial e garantia do direito à saúde entre os trabalhadores dos Correios e Telégrafos se choca com a política privatista da empresa estatal. Sabemos que o avanço da privatização condiciona e precarização dos serviços públicos. A criação de um Sistema Único de Saúde 100% estatal e controlado pelos trabalhadores se efetivará somente mediante a expropriação, sem indenização, da rede privada de saúde.

Terceirização

O governo Dilma, sob a pressão dos capitalistas, quer impor o Projeto de Lei 4.330, que amplia a terceirização para todo tipo de trabalho nas empresas e nos serviços públicos. Trata-se de uma proposta que tem grande aceitação entre os parlamen-

tares do Congresso Nacional. As multinacionais, as empreiteiras e as grandes empresas nacionais apressam a votação. Isso porque poderão realizar todas as operações (atividade-fim e atividade-meio) através das terceirizadas e, ainda mais, uma terceirizada poderá contratar outra terceirizada, dando origem a uma quarteirizada. Trata-se de uma mina de ouro para os capitalistas, que passarão a substituir operários com contratos formais por trabalhadores de empresas terceirizadas com contratos precarizados. Estes ganharão menos, terão uma jornada semanal maior e não possuirão os direitos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CLT) de sua categoria. Como é extensivo aos serviços públicos, os governantes se livrarão do funcionalismo, contratando empresas para prestação de todo tipo de trabalho.

Pela derrubada integral do PL 4330, pelo fim da terceirização e efetivação dos terceirizados.

Efetivação dos terceirizados

A substituição dos terceirizados por concursados, feita pela FENTECT e seus sindicatos, não garante o emprego a todos. Uma parcela que será aprovada no concurso substituirá outra parcela que já trabalha de forma terceirizada. Portanto, coloca objetivamente a demissão dos trabalhadores terceirizados, quando na realidade deveria organizar os trabalhadores para lutar pelos seus direitos. A divisão política entre efetivos e terceirizados somente beneficia os exploradores. E a bandeira que unifica é a da efetivação imediata de todos aqueles que foram

Paraíba - VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária

Direção do MST defendeu a “reforma agrária popular”

Realizado em João Pessoa-PB, de 22 a 26 de setembro, o VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Jornada de Geografia das Águas tiveram como tema “A questão agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e conflitos territoriais”. Sua abertura contou com lideranças que presenciaram assassinatos de camponeses, como descreveu Elizabete referindo-se à morte de seu companheiro João Pedro Teixeira. Concluiu que o caso do João está entre os muitos camponeses que foram vítimas dos crimes dos latifundiários.

Mais de 1000 trabalhos acadêmicos traziam nas suas pesquisas a questão da terra no Brasil, na América Latina e em países em que não ocorreu a reforma agrária. Nas mesas de discussões, havia denúncias sobre os conflitos agrários, as responsabilidades do Estado e a luta camponesa pela reforma agrária.

Uma das lideranças importantes do MST, esteve presente. Coube a Jaime Amorim, Coordenador do MST de Pernambuco, analisar a conjuntura nacional e internacional. O centro do problema, que era a questão agrária no Brasil e o papel do PT no poder do Estado, o dirigente deixou de lado. Porém, houve, por parte dos presentes, o questionamento sobre a omissão do dirigente em relação à política agrária no governo Dilma Rousseff. Amorim se mostrou em desacordo com a crítica. Justificou que não foi somente o MST que votou no PT, acreditando na promessa de reforma agrária. Foi irônico ao dizer que todos os

contratados de forma precária.

A reivindicação de imediata contratação de 110 mil trabalhadores não se choca com a efetivação dos terceirizados. O sindicato deve lutar pela garantia do emprego tanto daqueles que aguardam ser chamados, quanto dos que já trabalham sob contratos precários.

É preciso superar o corporativismo burocrático da direção nacional e defender os interesses gerais da classe, pois tanto os efetivos quanto os terceirizados precisam sustentar suas famílias.

Fim de todo trabalho terceirizado e efetivação de todos os terceirizados.

A força da greve está na unidade e nas ações coletivas

A burocracia fará de tudo para derrotar a greve e submeter o movimento às propostas do governo. A radicalização, através do método da ação direta (bloqueios, piquetes, marchas, ocupações) e a unidade nacional é que garantirá a vitória. As assembleias de base devem impulsionar os Comandos de Greve para que a força dos trabalhadores se manifeste nas ruas, na luta contra a privatização e contra os ataques às condições de vida.

O POR apoia a greve dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos e defende a política proletária de unidade dos explorados contra os ataques da burguesia e da burocracia, que fragmentam os movimentos grevistas.

Viva a luta grevista dos trabalhadores dos Correios!

partidos eleitoreiros de esquerda votaram no PT. Criticou as bandeiras de aliança operária e camponesa e revolução agrária. Disse que no Brasil a correlação de forças não permite realizar a revolução agrária. E concluiu defendendo a “reforma agrária popular”.

A “reforma agrária popular” inclui um projeto de agricultura popular. Deve estar junto com um programa social para garantir aos moradores do campo as mesmas oportunidades dos da cidade. Deve conter medidas para gerar oportunidades à juventude, mulheres, etc. que vivem no campo. Isso, segundo o MST, pressupõe mudanças nas instituições públicas, como a reestruturação do Incra, da Conab, etc. Depende da luta do povo, da cidade e do campo, para acumular forças para as mudanças. O povo, portanto, deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo, que só poderão ocorrer mediante a pressão popular. Os assentamentos, as cooperativas e organizações sociais permitem acumular as forças necessárias para a realização dessa reforma agrária popular. Mas sua realização efetiva depende do Estado, para isso há que democratizá-lo. Em resumo, essa foi a tese defendida por Amorim.

Como se vê, trata-se de reforma agrária popular nos marcos do Estado burguês. Cabe a este estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural, desapropriar as fazendas acima desse tamanho, garantir preços, créditos, assistência técnica, etc. Ao povo, cabe eleger governos democráticos, um parlamento a serviço dos interesses dos camponeses pobres, etc. E por meio

da pressão popular impor a democratização das instituições públicas e do Estado. A experiência, no entanto, nos mostra que a política de assentamento não resultou em reforma agrária de nenhum tipo. E nem resultará uma vez que a oligarquia latifundiária e a agroindústria não têm interesse em fortalecer a agricultura camponesa. A tendência é de avanço das relações capitalistas de produção no campo, expropriação das pequenas e médias propriedades e expulsão dos camponeses das terras que podem servir à voracidade dos monopólios. A bandeira de “reforma agrária popular” é uma farsa, encoberta pelo adjetivo popular. O que Amorim defendeu é o mesmo que se está defendendo desde a fundação do MST, que é levar os pobres do campo a acreditarem na possibilidade de um governo “democrático e popular” de realizar a reforma agrária. O PT serviu a esse objetivo. Alimentou-se a ilusão de que Lula constituiria o tal do governo democrático e popular. No entanto, o PT e seu governo deram as mãos à agroindústria e protegeram

os interesses dos grandes proprietários. Não é por acaso que Dilma Rousseff conta com apoio de Cátia Abreu, que acaba de se filiar ao PMDB para melhor cumprir seu papel de defesa dos latifundiários contra os camponeses pobres, ribeirinhos e índios.

A “reforma agrária popular” está em choque com a revolução agrária e a aliança operária e camponesa. O dirigente pernambucano do MST colocou-se contra essas bandeiras defendidas pelo Partido Operário Revolucionário. Para o POR, a revolução agrária é parte do programa da revolução proletária, que expropriará a burguesia, seja ela do campo ou da cidade. Será por meio da revolução social que a reivindicação dos camponeses de reforma agrária será posta em prática como tarefa democrática pendente do capitalismo semicolonial. A política de democratização do Estado capitalista alimenta ilusões no seio do campesinato, porque esconde o caráter de classe do Estado, que não é senão a ditadura de classe da burguesia.

Bahia

Governo de Jaques Wagner (PT) impõe uma UPP na Universidade Estadual (UNEB)

O governo de Jaques Wagner (PT), por meio da Secretaria de Segurança Pública, tenta implantar no campus da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em Salvador, uma base da polícia militar, seguindo o exemplo as chamadas Unidades de Política Pacificadora (UPPs) do truculento governo do Rio de Janeiro, com o claro objetivo de controlar e reprimir não só os estudantes, professores e técnico-administrativos da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), mas, sobretudo, os trabalhadores (as) e a juventude explorada do bairro da Engomadeira, na periferia de Salvador-BA.

No lugar das reivindicações vitais de saúde, educação, emprego, moradia e terra, diante da crise do capitalismo, o Estado comparece com a mão de ferro da polícia para atentar brutalmente contra a já sacrificada vida de jovens explorados, na sua esmagadora maioria negros, cotidianamente

vítimas do racismo e do extermínio por parte do braço armado do Estado burguês. Com a implantação da UPP na UNEB, o governo pretende enlamear a universidade pública com o sangue de jovens e trabalhadores e legitimar a ação repressiva em curso contra os movimentos sociais em todo o país, em particular o movimento estudantil, pelo governo federal e estaduais.

Os estudantes, professores e técnico-administrativos da UNEB devem não só repudiar a ação repressiva do governo como resistir à implantação da mal intitulada base comunitária de segurança. Para tanto, é necessário realizar assembleias das três categorias, além de uma Assembleia Geral Unificada, e constituir um Comitê contra a Repressão. A organização política é a melhor resposta contra a ação repressiva dos governos contra a população explorada e os movimentos sociais.

Bahia

Burocracia da APUB manobra para legitimar rompimento com ANDES-SN

A direção atual da APUB Sindicato, eleita em dezembro de 2012, representa a continuidade da política do reformismo petista e governista, à frente da organização dos professores. Setores da oposição de professores, que se afastaram após as eleições, como O Trabalho e a Consulta Popular, alegaram inicialmente que a nova direção não tinha qualquer relação de continuidade política com a anterior e que, inclusive, se diferenciava daquela, pois começava a chamar atividades com os professores, como assembleias, plenárias e reuniões nos colegiados. A oposição ficou reduzida à militância do POR, PSTU e independentes.

Ocorre que a atual diretoria não só tem defendido a política reformista e governista do PROIFES, que traiu a categoria dos professores na greve nacional das Instituições Federais de Ensino (IFEs) em 2012, fechando um acordo em separado com o governo Dilma Rousseff (PT), enfraquecendo a greve e pondo fim à qualquer negociação entre o governo e o Andes-SN, como tem dado continuidade à política da direção anterior de legitimar a ruptura da seção sindical APUB com o Andes-SN, criando o suposto “APUB SINDICATO”. Desde 2004, o grupo ligado ao PROIFES vem atacando sistematicamente o Andes-SN, colocando-se claramente na linha de frente da política do

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

governo para a educação, defendendo as medidas implementadas por Lula e Dilma de sucateamento do ensino superior público.

O rompimento com o Andes-SN, a realização de um plebiscito para legitimação, a filiação ao PROIFES e a tentativa de constituir a antiga seção como sindicato estadual foram inclusive objeto de questionamento por professor da base em processo judicial na Justiça do Trabalho, que apontou as inúmeras irregularidades cometidas pela antiga direção. A atual direção, tentando legitimar as irregularidades anteriores, publicou no dia 19 de setembro no Jornal Correio da Bahia uma convocatória de uma assembleia para o dia 11 de outubro, para ratificação da assembleia de fundação da

Bahia

Balanço do XXXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física

De 21 a 28 de setembro de 2013, ocorreu em Vitória – ES o XXXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEEF), que teve como tema “Megaeventos em tempos de precarização da Universidade: o MEEF (Movimento Estudantil de Educação Física) discutindo qual a prioridade”. Os eixos de discussão do encontro foram Universidade, com ênfase nas políticas educacionais do governo federal destinadas às instituições públicas de ensino superior, tendo em vista a composição majoritária dos estudantes provenientes dessas instituições no encontro, e os megaeventos esportivos, uma vez que o Brasil está na iminência de sediar a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016.

O debate sobre os Megaeventos esportivos nos fóruns da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF) teve início em 2010 e, somente agora, ganhou importância em virtude das manifestações que ocorreram no Brasil no mês de junho, durante a Copa das Confederações. Até então, a ExNEEF tinha priorizado as ações em torno da campanha da unificação da formação em Educação Física, em virtude da existência de duas habilitações (licenciatura e bacharelado) como definidoras do campo de atuação profissional possibilitadas pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Física, em 2004, após a decisão, tomada em 2008, de não participar dos fóruns da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Essa decisão, de **Adquira com o distribuidor deste jornal**

que a ExNEEF não participa dos fóruns da UNE e de que não participa da ANEL (Assembleia Nacional de Estudantes - Livre), aliás, acabou sendo mantida nesse encontro sob a justificativa, defendida pelo Coletivo Marxista, da UFRJ, pelo Coletivo Lutar e Construir, da UEFS, além do coleti-

vo de estudantes da UFRGS e da UFSM, de que a UNE está burocratizada e de que a ANEL não representa uma alternativa para a organização das lutas estudantis em âmbito nacional. Enquanto o PSTU se esforçou para convencer o MEEF a se aproximar da ANEL, o POR buscou demonstrar a fragilidade daquela caracterização que não faz uma distinção entre a política implementada pela direção estalinista e reformista (PT e PCdoB) da UNE e a necessária disputa que tem de ser feita pela base, alicerçada por um programa revolucionário para a educação. Defendemos que a ruptura com a UNE representa maior fragmentação do movimento estudantil e o reforço da burocracia a frente da maior entidade do país.

O POR tem atuado com a política proletária para a educação e universidade, defendendo a unidade organizativa dos professores, frente ao processo de fragmentação promovido pelas burocracias sindicais.

As manifestações que marcaram o mês de junho de 2013 no Brasil forçou a mudança da programação do encontro que, no momento destinado a discutir o estatuto da ExNEEF, uma vez que o evento tinha o caráter estatutário segundo deliberação do ENEEF de 2012, teve de realizar uma avaliação do significado das jornadas de junho. Na ocasião, o POR expos que a motivação dos estudantes e de setores da população explorada para irem às ruas decorreu da crise mundial do capitalismo, com impacto na economia brasileira. A crise tem aumentado a degradação das condições de vida do operariado e demais explorados. Defendemos no encontro a necessidade dos estudantes se organizarem em torno do programa revolucionário para a educação de por fim à coexistência entre o ensino público e

privado; de expropriar, sem indenizar, as instituições privadas de ensino e instituir um sistema de ensino único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social, controlado por quem estuda e trabalha, como parte da tarefa da revolução proletária.

Chile:
o campesinato
e as mudanças
na estrutura
agrária desde a UP



o movimento camponês e a unidade Popular (UP)
A contrarrevolução pinochetista
o campesinato sob a democracia burguesa compactada

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

PT:
10 anos no poder
do Estado burguês




A ditadura militar e a formação do PT
A ascensão eleitoral nos anos 1980/90
Os governos Lula e Dilma (2003/2013)
As tarefas dos revolucionários

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

Conferências
Regionais
do POR

Julho de 2013



Manifestações de Junho:
As massas impõem sua
soberania nas ruas

Partido
Operário
Revolucionário **MASSAS**

Nesta edição:

- Dez anos depois da rebelião popular de outubro em defesa do gás
- Para onde vão os Estados Unidos?
- Partido comunista se junta à Concerção burguesa enquanto as massas avançam nas lutas



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia

Dez anos depois da rebelião popular de outubro em defesa do gás

Em outubro de 2003, milhares de homens e mulheres mobilizados se levantaram contra a ordem burguesa que empobrece e submete as maiorias nacionais à miséria e o país ao atraso e submissão aos interesses do imperialismo. A rebelião popular de El Alto foi se estendendo por todo o país, paralisando cidades, bloqueando estradas, agudizando a luta de classes. Depois do banho de sangue executada pelo governo do MNR, MIR e NFR, Goni não teve mais alternativa a não ser sair do governo e fugir do país.

Os explorados, em Outubro, se rebelaram contra a presença das multinacionais que exploram o gás, como no passado exploraram os recursos minerais até esgotá-los, deixando o país imerso no atraso e o povo na miséria. Outubro foi um grito de rebeldia anti-imperialista e antiburguês contra a política entreguista do país ao imperialismo.

Um recado claro e contundente que se projeta para o futuro e que a burguesia de conjunto e os impostores pró-burgueses do MAS procuram convertê-lo em uma pantomima.

O que ensina esta experiência

A debilidade desse vigoroso movimento de massas foi a ausência da direção revolucionária do proletariado como direção física das lutas de outubro. Os dirigentes municipais e as Juntas Municipais, convertidas em verdadeiros Órgãos de Poder, não se voltaram a expulsar do poder a burguesia e instaurar um governo próprio dos explorados, o governo dos operários e camponeses, que é o único modo de consolidar as reivindicações das massas. Apesar disso, Outubro se constituiu em referência do que as massas podem fazer. Sua força se projeta para o futuro. Para a construção da nova sociedade, a sociedade socialista baseada na propriedade social dos meios de produção.

Os oportunistas reformistas pró-burgueses desvirtuaram a luta das massas

Pelo fato de estar ausente a direção revolucionária, a classe operária não apareceu organizada como tal, se diluiu dentro do movimento de massa. Sua vanguarda consciente, o POR, batalhou durante todo o processo de maturação do descon-

tamento popular para dar conteúdo revolucionário à luta dos explorados. No entanto, não pode superar a natureza pequeno-burguesa das massas de El Alto. Dirigentes reformistas como Evo Morales, Malku, Solares – que durante o conflito mantiveram-se com expectadores e escondidos, esperando ver como se evoluíam os acontecimentos –, declarados defensores dessa farsa chamada democracia burguesa que encobre a ditadura da classe dominante, junto com a classe média das cidades, horrorizada diante da possibilidade de que a rebelião popular acabasse de uma vez por todas com a ordem burguesa, conseguiram desviar as titânicas energias dos explorados para um objetivo minúsculo: a destituição de Goni, encarnação da burguesia nativa, incapaz e entreguista, privatista das empresas estatais e responsável pelo massacre de centenas de camponeses, cocaleiros, sindicalistas e mineiros; e transferir a solução dos problemas a uma Assembleia Constituinte para “refundar o país”, distração inventada para ludibriar os explorados bolivianos e salvar a ordem social burguesa, para conter a fúria dos explorados e mantê-los distraídos até as eleições de 2007. Prova disso é que até a direita mais recalcitrante fez sua a consigna de Constituinte.

A luta e o sangue derramado não pode ficar na mesquinha conquista. A rebelião partiu da necessidade de arrancar soluções aos problemas vitais dos explorados bolivianos submetidos a uma mais espantosa miséria.

A solução está em confiscar (sem indenização) as empresas petrolíferas, coisa que só os operários juntamente com os explorados a partir do poder, como governo de operários e camponeses e explorados em geral, podem fazer com todas suas consequências, porque nada têm a ganhar nessa sociedade caduca que só lhes oferece miséria e degradação.

Esta luta nos obriga a organizar para materializar a revolução dirigida pela política proletária, que confiscará toda a grande propriedade privada burguesa nativa e imperialista e instaurará a propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2330,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Para onde vão os Estados Unidos?

A resposta a esta pergunta é fundamental para a política do proletariado mundial. Não é o caso de analisar as estatísticas da crise norte-americana ou ressaltar sua violenta repercussão na grave situação econômica do país e do mundo. Antes de tudo, é prioritário estabelecer o desenvolvimento de suas tendências e prever seu posterior reflexo na luta de classes mundial, bem como as profundas mudanças que ocorrerão nas relações de força internacionais.

O bloqueio à aprovação do aumento de gasto orçamentário dos Estados Unidos pelo Senado (controlado pelos republicanos) caiu no mundo, literalmente, como uma bomba. Segundo os analistas, o PIB cairia a 0,3% e somente se recuperaria no início de 2014. Anteriormente, Barak Obama já tinha sido obrigado a aplicar uma “suspensão temporária” de gastos nos bônus alimentares (cerca de 40 bilhões de dólares). Medida que se de um lado, aumentou os índices de pobreza, de outro, permitiu não ultrapassar o teto da dívida já comprometido para 2013 (que alcança 120% do PIB do país: cerca de 16 trilhões de dólares). Tudo isso esperando poder avançar negociações e conseguir uma nova prorrogação. Naquele momento se evitou a quebra, golpeando um setor das massas, a mais empobrecida e dependente do Estado. Com a economia em virtual bancarrota, virão golpes mais violentos contra milhões de assalariados em todo o país e no mundo.

Em 17 de outubro, vence o prazo para sair do impasse. Chegando esse momento, caso não se aprove um novo endividamento, os Estados Unidos entrarão em “quebra técnica”. O que poderá provocar uma gigantesca venda de bônus da dívida norte-americana, ampliando a corrida financeira mundial. Uma retirada apressada dos investidores estrangeiros comprometeria as reservas federais e ampliaria a recessão.

De imediato, 800.000 funcionários públicos foram suspensos sem gozar de seus direitos. Há 17 anos que não se via uma medida semelhante. E ainda falta contabilizar o desemprego que resultará do fechamento de parques e museus nacionais. Ou de outros setores administrativos como da Casa Branca e do Tesouro Nacional. Contudo, áreas essenciais como Justiça, Segurança, Forças Armadas, Correios, controle de tráfico aéreo e previdência, entre outras, continuaram funcionando. Não se tocaram – nem se tocarão – nos empregos e serviços associados a instituições militares e nos orçamentos bélicos.

A divergência acerca do plano nacional da saúde, aprovado em 2010, parecia ser a pedra de toque para aprovar o orçamento. O Partido Republicano rechaça a reforma da saúde, rotulando absurdamente de “socialista”. Opõe-se taxativamente a que o Estado financie seguros médicos aos habitantes que constituem as camadas mais pobres e miseráveis do país. E condicionam seu apoio à lei orçamentária de maneira adie sua aplicação efetiva, coisa que até o momento Barak Obama rechaçou.

O fato dos republicanos ser lobbyists profissionalizados dos grandes grupos farmacológicos e da medicina privada do país parece ser um fator de peso no impasse norte-americano. Mas ocorre que a reforma não modifica o monopólio da saúde privada, que conta com as maiores e mais lucrativas reservas de mercado. O Estado somente subsidia 48 milhões de pobres que não têm nenhum tipo de cobertura médica, nem constituem um mercado em disputa pela medicina privada monopolizada. Mesmo assim, a reforma é financiada por usuários e contribuintes. Então, por que tanta virulência acerca do programa ao ponto de paralisar o país, colocando à beira da quebra?

Não se trata de uma simples tática política de pressão sobre uma reforma que, como vimos, não afeta os grandes interesses monopolistas da saúde privada. Tampouco parece que as naturais expressões da disputa eleitoral em torno do manejo do Estado constituam os fundamentos do bloqueio parlamentar. Parece, muito mais, que é o capital monopolista de conjunto, reacionário e agressivo que atua por meio da bancada republicana assinalando seus interesses frente ao quadro

de uma recessão mundial. Este domina os rumos do financiamento, as tendências das taxas de juros e o fluxo de investimentos mundiais. Mas ocorre que o gigantesco acúmulo de capital financeiro criado não pode ser canalizado para o crédito, nem para os investimentos na produção social.

A crise de superprodução se ergue como uma trava portentosa para ampliar a taxa de lucro do capital, aplicando-o na indústria. Daí que esse dinheiro se transforma em dívida pública (interna ou externa), realimentando os mecanismos especulativos e parasitários. É esse mecanismo que está esgotado e nisso reside o caráter revelador do impasse criado no Parlamento. A negativa de ampliar o endividamento é um reconhecimento da impossibilidade de sustentar a sobrevivência de seu parasitismo com artifícios financeiros ou monetários. A pressão burguesa sobre o governo indica uma mudança em relação à política exterior, que poderosa e voraz fração monopolista pretende impor diante do recrudescimento da guerra comercial com seus rivais mundiais.

Sendo os Estados Unidos a expressão mais acabada da decomposição do regime capitalista mundial e sua fração mais voraz, é provável que estejamos diante do prelúdio de um intervencionismo mais feroz. É significativo que não se toque no gigantesco orçamento das Forças Armadas. Estas não somente são um dos instrumentos que poderá dar uma saída transitória aos capitais imobilizados, mas também um meio para a ampliação do saque das semicolônias e para a luta pelo controle de mercados e fontes de matérias-primas, principalmente diante da China e da Europa.

Preservar o enorme e desproporcional gasto militar indica, assim, os rumos e tendências que os monopólios norte-americanos pretendem imprimir à política exterior de seu governo. O problema de fundo reside em que nenhum investimento interno pode absorver a enorme quantidade de capital acumulado. O mercado norte-americano se demonstra muito pequeno para o volume de capitais que estão paralisados. Já se reduziram salários, cresceu o desemprego, se precarizou a jornada e as condições de trabalho de amplos setores, etc. A burguesia ianque reconhece desse modo que já não pode sustentar os privilégios de sua classe operária sem entrar em contradição com sua sede de lucro.

Ocorre que é impossível aprofundar a exploração de sua força de trabalho sem criar, ao mesmo tempo, uma onda de novas greves, manifestações e paralisações. Diante de cidades inteiras que se quebram (como Detroit) e de toneladas de papeis sem valor, aumentar a exploração e os ajustes pode constituir uma verdadeira bomba relógio. As pressões da crise, portanto, empurram a burguesia norte-americana a tornar mais agressiva e violenta sua política externa, contando com seu poderio militar. Perspectiva que só é possível de se realizar destruindo maciçamente forças produtivas mundiais em escala conhecida apenas na 1ª e 2ª guerras mundiais.

Preparar as massas para uma agudização das tendências bélicas, o que se traduz em opressão e intervencionismo militar nas semicolônias, é um dever dos revolucionários na nova etapa que se abre. A voracidade imperialista norte-americana pode se projetar devido à ausência de uma resposta da classe operária norte-americana e internacional. É a crise de direção mundial do proletariado que não permite mobilizar as massas dos Estados Unidos contra seus capitalistas. Entre o atraso da classe operária e a voracidade violenta e agressiva do imperialismo existe, de fato, uma relação direta.

A construção do partido marxista-leninista-trotskista nos Estados Unidos é o cimento de um poderoso impulso revolucionário mundial que restabelece a transição do capitalismo para o socialismo, antes que uma nova destruição de forças produtivas amplie no mundo a barbárie. A chave desse processo está na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, capaz de educar os operários na luta de classes e projetá-los para a tomada do poder.

Chile pré-eleições

Partido comunista se junta à Concertação burguesa enquanto as massas avançam nas lutas

As eleições presidenciais chilenas ocorrerão em 17 de novembro. O quadro é de vantagem para a ex-presidente Michele Bachelet, que concorre por meio da Nova Maioria, ou seja, a soma da Concertação – que abarca da Democracia Cristã (DC) ao Partido Socialista (PS) e que governou de 1990 a 2010 – com o Partido Comunista Chileno (PCCH), que desde o governo Allende não compôs nenhum governo. A entrada do PCCH é uma clara resposta da Concertação ao ascenso das lutas de massa, sobretudo estudantis. Espera-se que os estalinistas possam controlar os protestos. Mesmo tendo perdido prestígio entre os estudantes, o PCCH controla a Central Única de Trabalhadores, CUT.

Depois de apostar por décadas no frentepopulismo, política que teve seu auge com Salvador Allende, o PC, após o golpe militar, girou para o foquismo, com a Frente Patriótica Manuel Rodríguez. Com o fim pactuado da ditadura militar, que levou à formação da Concertação, o PCCH – dirigido por Gladys Marín – ficou de fora do arco-íris concertacionista. A partir de 2005, com a morte da dirigente, passou a voltar ao terreno institucional. Em 2008, conseguiu dois prefeitos em acordo com a Concertação. No ano seguinte, obteve três deputados e um representante no Congresso. Sob a presidência de Piñera, aumentaram as articulações do PCCH para voltar ao Palácio La Moneda de carona com Bachelet. Quem não gostou da aproximação foi a Democracia Cristã, historicamente anti-comunista, participante no golpe que derrubou Allende.

Crise dos partidos orgânicos da burguesia

A direita comparece com dificuldades em reverter a impopularidade do governo Piñera. A União Democrática Independente (UDI) tentou emplacar candidatura de Laurence Golborne, cuja popularidade se devia ao episódio do resgate dos mineiros. Escândalos de corrupção, com altas remessas de dinheiro a paraísos fiscais, porém, o retiraram do páreo. Foi substituído por Pablo Longueira, amigo íntimo do autor da constituição pinochetista, Jaime Guzmán, fundador da UDI, que carrega herança pinochetista junto com a renovação nacional RN. Longueira havia sido ministro de Economia de Piñera, autor da lei de privatização do mar. Diante das más condições de disputa como continuador de Piñera, Longueira retirou-se justificando estar em depressão, além de alegar comunicar-se com seu falecido amigo, Guzmán. A última aposta dos conservadores é Evelyn Matthei, filha do General Fernando Matthei, que ocupou vários cargos no governo pinochetista.

Agudiza-se, neste quadro, a crise interburguesa, que foi acentuada pelas manifestações estudantis, pelos conflitos em nível nacional, com levantes de cidades e províncias, como Aysén, Atacama, Vale Hausto, Casa Blanca e Arica. Vários setores saem às ruas, ainda que de maneira fragmentada por reivindicações salariais e trabalhistas e cresce a exigência para que Piñera cumpra suas promessas de acabar com a criminalidade e com o desemprego. Neste último caso, o governo apenas maquiou as estatísticas que não tratam do trabalho estável. O que se encontra são postos de trabalho com alta rotatividade, sem estabilidade, caracterizados pela precarização. Segundo a estatística, uma hora trabalhada no mês basta para considerar alguém empregado.

Apesar de ser continuidade do pinochetismo e ter prometido aos militares golpistas e torturadores que acabaria com os processos, Piñera fez outro discurso nas Nações Unidas, onde se comprometeu a garantir direitos humanos e punir delitos de lesa humanidade. Neste

sentido, fechou a prisão de luxo onde estavam hospedados os torturadores. Ação que foi seguida pelo suicídio de Odlanier Mena, de 87 anos, que liderou a Central Nacional de Informações, órgão de inteligência e repressão de Pinochet. Diante da inviabilidade da vitória da direita neste pleito, Piñera, com estas ações, procura potenciar seu nome para um futuro retorno à cadeira presidencial.

Piñera ganhou com grande margem pelo descrédito quanto à Concertação, que em 20 anos não rompeu com a herança pinochetista. Além disso, foi Bachelet quem criou e aplicou lei antiterrorista contra o povo Mapuche; criou as termoelétricas alimentadas com carvão nas zonas centrais do país; preparou o terreno para a privatização do mar; aprovou a construção das hidroelétricas de Aysén e da intervenção sobre os glaciais. Nestas reservas de gelo, importante fonte de abastecimento de água, foram encontrados prata e ouro, ainda no governo de Pinochet, nos glaciais. Só com Bachelet foram entregues às mineradoras. Esta política entreguista e antipopular é encoberta por sua política assistencial, nesta campanha ela promete uma bolsa de 40 mil pesos para 2 milhões de famílias – a população total do Chile é de 17 milhões de habitantes.

Nova maioria continua defendendo velha minoria

A Concertação aparece agora como Nova Maioria, incorporando o PCCH e dirigentes estudantis. Obteve 73,5% nas primárias. Seu programa é apenas uma variante da política burguesa, propõe a criação de uma previdência estatal para concorrer com o setor privado, promete fortalecer as forças repressivas, e não propõe alterações significativas quanto à saúde, educação e ao cobre.

A promessa dos candidatos que eram dirigentes estudantis, encabeçados por Camila Vallejo, são: acabar com sistema binomial na política, garantir educação gratuita (sem estatização do sistema privado, por meio de bolsas, mais subsídios ao setor particular e compras de vagas pelo Estado). Apesar de ter declarado publicamente que jamais chamaria os jovens a votar em Bachelet, em janeiro de 2012, Camila agora só reclama da ligeira “dor de estômago” em ter de fazer alianças com setores democrata-cristãos. Estas movimentações geraram muito rechaço entre a juventude e não arrastaram o movimento estudantil. Parte deste, mesmo setores anarquizantes, está apoiando Marcel Claude, que promete educação gratuita.

Entre os nove candidatos que disputam a presidência estão Marco Henríquez Ominami (filho de Miguel Henríquez, dirigente do MIR assassinado pela ditadura), pelo PRO, Partido Progressista. Candidato a presidência que no pleito passado obteve 20% dos votos. Há candidatos de movimentos de dona de casa, de associação de devedores, ecologistas, de um partido originado da DC e de Franco Parisi, que disputará os votos mais à direita, sobretudo dos descontentes com as medidas demagógicas de Piñera. Os candidatos ao Parlamento, mesmo os mais à esquerda, nem chegam a erigir um programa reformista.

Educação, saúde e condições de vida

A ditadura Pinochetista privatizou todo o sistema de ensino, da pré-escola ao ensino universitário. Apesar de os estudantes continuarem com suas marchas, manifestações e ocupações, sob a consigna de educação gratuita e estatal, falta uma definição política de sua direção. Sob influência de grupos anarquizantes, depois que o PC perdeu

força e hegemonia, prevalece uma linha antioperária e antipartido. Contraditoriamente, Marcel Claude, candidato sem partido, ganhou a simpatia de setores significativos do estudantado ao defender a educação gratuita e a nacionalização do Cobre.

Assim como fez com a educação, o pinochetismo desmantelou o setor estatal de saúde e potenciou o privado. No setor público não se fazem mais exames e o salário dos funcionários é cada vez pior. Faltam médicos no setor público, pois os recém-formados saem das faculdades com dívidas de 30 a 50 milhões de pesos. Empregadores do setor privado cancelam as dívidas dos que consideram mais bem formados, mantendo-os vinculados até que paguem esta fortuna.

À margem da disputa por postos no Estado burguês, estão os problemas vivenciados pelas massas. A inflação disfarçada leva ao arrocho salarial. Diante da instabilidade internacional provocada pela crise, o país é golpeado com a baixa do preço do cobre, os EUA rechaçaram a importação do salmão chileno alegando contaminação e é constante a alta de combustíveis. A aposentadoria é miserável e os trabalhadores amargam com a privatização da seguridade social, entregue ao capital especulativo.

São cada vez mais numerosos os endividados em créditos hipotecários e de consumo. É grande a quantidade de suicídios, violência intrafamiliar e jovens e crianças lançadas na criminalidade. É comum o acúmulo de mais de uma jornada de trabalho ou do prolongamento por meio de horas extras, levando a jornadas de 14 ou 16h para que se receba um salário necessário para sobreviver. O salário mínimo de 210 mil pesos agora é definido apenas pelo governo e a patronal. No governo da Concertação, a burocracia sindical participava da definição do valor. A insuficiência do valor do salário se depara com o valor da mensalidade dos cursos, os mais baratos custam cerca de 300 mil pesos ao mês.

As massas sentem o impacto dos ataques, mas estão desarmadas para lutarem. A estrutura sindical é exacerbadamente fragmentada. Com a ditadura, passou-se a permitir a existência de sindicatos com apenas 11 pessoas, por empresa, vários dentro de uma mesma empresa. Muitos trabalhadores não se filiam expressando a desconfiança despolitizada em relação à burocracia vendida e também o medo de não conseguir bicos, pelo fato de serem sindicalizados. O movimento operário ainda não indica que trilhará o caminho da independência de classe, pois para isso precisa ser forjada uma direção revolucionária. O movimento operário e de massas ainda não se reergueu do golpe, seguido por 17 anos de ditadura e 23 anos de governos pseudodemocráticos. A Central Única de Trabalhadores (CUT), atualmente é dirigida pelo Partido Comunista, ou seja, aposta na conciliação de classes.

Diante deste quadro, nestas eleições, o comitê construtor do POR no Chile chama o voto nulo programático. A eleição não é obrigatória, mas os trabalhadores e a juventude são convocados a votarem nulo em defesa de um programa proletário que conecte a defesa de suas condições de vida com a tarefa de sepultar o capitalismo.

O voto nulo que propomos não tem nada a ver com o que defendem o Partido Comunista (Ação Proletária), cisão do PC em 1979, e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) que apenas expressam um descontentamento quanto aos programas eleitorais presentes que não demonstram “a firme convicção de democratizar a sociedade chilena”. O voto nulo programático é um chamado à construção de um partido que esteja à altura da estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

Situação dos Mapuches

Percebe-se no Chile a permanência da estrutura repressiva da ditadura militar, com a exigência de autorização para manifestações, violência

policial contra lutadores e prisões políticas, o que revela que permanece a ditadura de classe da burguesia. Ainda que falte uma direção política, há forte resposta dos setores populares que se enfrentam com os carabineiros, incendeiam ônibus, ocupam as ruas e locais de estudos.

A repressão mais violenta do Estado, porém, está reservada aos povos originários. Quando se trata de manifestações dos Mapuches em defesa da autodeterminação e recuperação de seu território, a repressão, também com munição letal, inclui todos: de crianças a idosos. Sobram as montagens jurídicas, falsificações para justificar a repressão e aceitação de testemunhas anônimas para incriminá-los.

A política eleitoral do PC, expressa em um bloco que abarca PS, Partido pela Democracia, PDC, Partido Radical e Partido Esquerda Cidadã é a de reproduzir a farsa da Constituinte como ocorreu na Bolívia e Equador, instituindo um estado plurinacional. Ora, não será com o Estado burguês, que se ergueu sobre a espoliação, exploração e assassinato dos povos indígenas que os povos originários conquistarão sua autodeterminação. Esta pressupõe a sua separação total. Porém, é a aliança com o proletariado, dirigido por um programa revolucionário, que poderá garantir o direito à autodeterminação.

Atividades pelo 11 de setembro

Os quarenta anos do golpe militar, no Chile, foram marcados por um *mea culpa* generalizada. Tribunais de justiça, militares, políticos e até políticos de esquerda, como o presidente do Partido Socialista pediram perdão. Piñera, em seu afã de se diferenciar dos torturadores e golpistas culpou os participantes passivos da repressão, isso em abstrato, sem nominar aqueles que são hoje membros de seu gabinete. Nós do POR, não o consideramos como participantes passivos, mas sim ativos. Eram ministros. Compunham por dentro a engrenagem do Estado terrorista. Alguns militares informaram como exumaram corpos, jogaram ao mar, como queimaram corpos em tambores, como dinamitaram cadáveres de operários em setores mineiros.

As mobilizações tinham como ênfase a recordação, a memória, os festivais musicais, sem fazerem um balanço político sobre as causas da derrota da via pacífica ao socialismo. Em Santiago, houve enfrentamento com a polícia, nas manifestações que ocorrem todos os anos exigindo justiça pela morte dos irmãos Vergara Toledo, atraindo também moradores de bairros periféricos que vão para as ruas dispostos ao enfrentamento com os carabineiros.

Aos 40 anos do golpe, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, elaborou um boletim internacional de balanço sobre a experiência chilena, mostrando que é urgente retomar a via da organização independente, expressa nos cordões industriais, na ocupação de terras e na trajetória de combate e defesa da autodeterminação dos Mapuches.

É preciso fortalecer a luta estudantil e municiá-la de um programa proletário que assinala claramente a defesa da estatização, sem indenização, com a constituição de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, autônomo e controlado pelos que estudam e trabalham. É preciso defender também a expropriação do sistema privado de saúde e de previdência. Derrotar a burocracia sindical e armar-se com um programa que defenda as condições de vida das massas, com salário mínimo vital, escala móvel de horas de trabalho, reajuste automático perante a inflação. É preciso expropriar as transnacionais que exploram o cobre e contaminam a água da população. Isto é parte da luta anti-imperialista e anticapitalista. O instrumento essencial para esta tarefa é o Partido Operário Revolucionário. Seu embrião está no Comitê Construtor do POR chileno.